

**MULTICARE  
SEGUROS DE  
SAÚDE, S.A.**

RELATÓRIO  
E CONTAS  
**2022**

**20  
22**



## MULTICARE – SEGUROS DE SAÚDE, S.A.

---

### Mesa da Assembleia Geral

**Presidente**

Maria Isabel Toucedo Lage

**Secretário**

Carla Cristina Curto Coelho

### Conselho de Administração

**Presidente**

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

**Vogais**

Maria João Vellez Caroço Honório Paulino de Sales Luís  
Ana Rita Gomes

### Conselho Fiscal

**Presidente**

José António da Costa Figueiredo

**Vogais**

António José Pereira Cardoso Mota  
Pedro Antunes de Almeida

**Suplente**

Anabela de Jesus Nunes Prates

**Sociedade de Revisores**

**Oficiais de Contas**

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.,  
representada por  
Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC

# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento às exigências legais e estatutárias relativas à prestação de informação, vem o Conselho de Administração da Multicare apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2020.

## 1. ENQUADRAMENTO

---

### 1.1. Evolução Macroeconómica

#### Mercado Mundial

O ano de 2022 ficou marcado por um abrandamento acentuado da atividade económica mundial, destacando-se, neste domínio, o aumento significativo da taxa de inflação, a qual ascendeu a um dos valores mais elevados das últimas décadas. Com efeito, a persistência da pandemia da COVID-19, da qual foi indissociável a quebra das cadeias de fornecimento e de produção, conjuntamente com o surgimento do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, provocaram um aumento dos preços de bens alimentares e energéticos. Com vista a conter as fortes pressões inflacionistas, assistiu-se a uma intervenção dinâmica por parte dos principais bancos centrais, ao nível da política monetária, por via do incremento das taxas de juro de referência, a qual resultou, em consequência, numa desaceleração económica sentida em diversas geografias.

Neste enquadramento macroeconómico, prevê-se um crescimento global de 3,2% em 2022, traduzindo-se assim em cerca de metade do valor registado em 2021, consubstanciando-se no menor crescimento verificado desde 2001, com exceção dos anos impactados pela crise financeira global e pela fase mais crítica da pandemia da COVID-19.

Após o aumento inesperado da inflação em 2022, é expectável que a mesma possa vir a estabilizar no decurso dos próximos anos, em consequência das diversas políticas monetárias orientadas para a reposição da estabilidade dos preços.

#### Portugal

Em Portugal, o crescimento económico observado no primeiro trimestre de 2022 caracterizou-se por uma recuperação face à crise pandémica, a qual foi perdendo dinamismo ao longo do ano, à medida que se fizeram sentir os efeitos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como os da subida generalizada dos preços e das taxas de juro de referência.

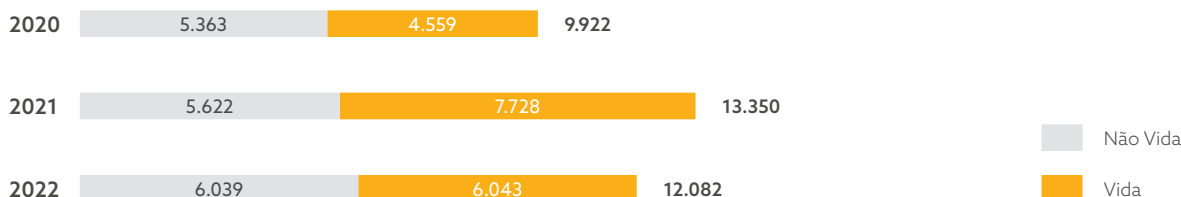
Apesar dos difíceis contextos macroeconómico e geopolítico, o PIB português registou um assinalável crescimento de 6,8% em 2022, situando-se acima do valor de 5,5% verificado no ano anterior. O aumento da inflação foi causado por fatores exógenos à economia portuguesa, tendo tido, à semelhança de outros países, especial incidência nos produtos energéticos e bens alimentares, elevando a inflação para 8,1%, valor bastante expressivo quando comparado com o referente ao transato de 0,9%. A consequente redução do poder de compra das famílias conduziu a um arrefecimento da economia, do qual é incontornável a assunção de um maior grau de incerteza por parte dos agentes económicos. Por sua vez, a taxa de desemprego manteve-se em níveis historicamente baixos, fixando-se nos 5,9% em 2022, o que representa um decréscimo de 0,7pp, face a 2021.

### 1.2. Enquadramento do Setor Segurador

#### Evolução do Mercado Segurador Português

Em 2022, a produção total do setor segurador registou um decréscimo, em relação ao ano anterior, ao ser afetada pelo contexto económico de inflação e de taxas de juro elevadas. O mercado segurador encerrou o ano de 2022 com um valor total de prémios brutos de 12,1 biliões de euros, um decréscimo de 9,5% comparativamente ao ano anterior, refletindo assim o desempenho da evolução do segmento Vida de -21,8% para uma produção de 6,0 biliões de euros. Quanto ao segmento Não-Vida, este continuou a sua trajetória de crescimento tendo registado um montante de prémios de 6,0 biliões de euros, mais 7,4% que em 2021.

## Mercado Segurador Português



Unidade: milhões de euros  
Fonte: ASF

A diminuição da produção no segmento Vida deveu-se, sobretudo, a um conjunto de produtos do ramo vida financeiro, em particular, os Unit-Link. O contexto económico de aumento de taxas de juro, que se começou a fazer sentir no segundo semestre de 2022, a perda de rendimento provocada pela inflação e a instabilidade nos mercados financeiros influenciaram negativamente esta tipologia de produtos. Este desempenho contrasta com o aumento de prémios verificado no ano transato, que beneficiou de elevados níveis da taxa de poupança das famílias face aos anos pré-pandemia, refletindo a incerteza perante a evolução da situação económica durante a pandemia.

No que concerne à produção do segmento Não-Vida, manteve-se a tendência de crescimento verificada em 2021, fruto maioritariamente da recuperação da atividade económica.

Neste segmento, importa destacar a evolução positiva registada no ramo Saúde de 11,8%, num momento em que a população portuguesa está cada vez mais sensibilizada para a necessidade de complementar os serviços proporcionados pelo Sistema Nacional de Saúde. Este crescimento permitiu que o ramo Saúde consolidasse o seu posicionamento como o segundo maior ramo do segmento Não-Vida, com a produção de seguro direto a ascender a 1.156 milhões de euros.

### Não Vida: Prémios Brutos

(milhões de euros)

	2021	Prémios Brutos 2022	Var
Não-Vida	5,621	6,039	7.4%
Automóvel	1,894	1,966	3.8%
Saúde	1,034	1,156	11.8%
Acidentes de Trabalho	965	1,027	6.4%
Incêndio e Outros Danos	1,000	1,074	7.4%
Outros	728	816	12.0%

Fonte: ASF

## 2. A NOSSA PERFORMANCE

---

### 2.1. Principais Indicadores

**419 M€**

Total Prémios Emitidos  
(Seguro Direto + Resseguro Aceite)

**36,1%**

Quota de Mercado

**78,1%**

Taxa de Sinistralidade  
de Resseguro

**284 M€**

Ativo Líquido

**283**

Colaboradores

**93,3%**

Rácio Combinado

**23 M€**

Resultado Líquido

**155 M€**

Capitais Próprios

**15,1%**

Rentabilidade dos  
Capitais Próprios

## 2.2. Aspectos Gerais

O ano 2022 pautou-se pelo regresso da sociedade à normalidade, após um longo período de incertezas e de dificuldades causadas pela pandemia, abrindo portas ao processo contínuo de desenvolvimento das novas formas de relacionamento entre todos os stakeholders, designadamente através de um maior recurso a plataformas digitais.

Foi neste contexto que se manteve o foco no bem-estar dos colaboradores, investindo-se em novos modelos de trabalho que apostam na flexibilidade laboral e que incrementam a sua qualidade de vida, equilibrando o binómio entre vida profissional e pessoal, conducentes a uma melhoria da produtividade.

Também o investimento encetado no redesenho dos processos e sua automação tem permitido, gradualmente, orientar os colaboradores para tarefas de maior valor acrescentado, aumentando o grau de satisfação, a produtividade e eficiência.

No que respeita a parceiros, nos últimos anos, a Rede de Hospitais/Clínicas Privados tem tido um crescimento exponencial, sendo que, nas últimas décadas, a Rede Multicare multiplicou por 10 o número de Hospitais/Clínicas com os quais tem convenção, ultrapassando a centena de unidades. O número de camas abrangido pela Rede, inferior a 1000 no final dos anos 90, passou para cerca de 6000 em 2022.

É sabido que, no domínio da saúde, a oferta gera procura. Como tal, tem-se assistido a um significativo aumento da procura de cuidados de saúde privados, por um lado, determinante no forte crescimento que se tem verificado no mercado dos seguros de saúde, por outro, fator de incremento nos custos de saúde, tais como consultas, exames, internamentos, cirurgias, fármacos, entre outros.

Acresce que, além deste aumento da oferta e da procura, existem estruturalmente fatores de crescimento expressivo dos custos de saúde ligados a dois outros pilares estruturais da despesa:

- **O aumento da esperança média de vida** - atualmente, ultrapassou, em Portugal, a barreira dos 80 anos, agravando, deste modo, a prevalência de doenças crónicas, tais como a diabetes, a hipertensão, a insuficiência cardíaca, entre outras, conferindo-lhes uma ocorrência cada vez mais frequente e prolongada. Também no caso do cancro tem-se assistido a um comportamento da mesma natureza, com um aumento muito expressivo, por todo o mundo, da incidência da maior parte das neoplasias, fenómeno esse que duplicou no período de três décadas, relativamente aos cancros com maior grau de ocorrência, como sejam o da mama, o da próstata e o do colorretal. No que respeita à realidade nacional, estima-se igualmente a continuação da subida, muito significativa, da taxa de incidência de novos casos de cancro, na ordem dos 34%, de onde resultará uma maior prevalência da doença.
- **O custo crescente da inovação diagnóstica e terapêutica** - neste domínio, destaca-se a área da Imagiologia, a qual tem sido objeto de uma evolução técnica muito acentuada, em particular, ao nível do diagnóstico, o qual sofreu uma mudança de paradigma com o aparecimento da Tomografia Axial Computorizada (TAC) e, mais concretamente, a Ressonância Magnética Nuclear (RMN) que se tornaram técnicas indispensáveis e de utilização massiva, multiplicando por 10 ou 20 vezes o custo dos exames de imagem tradicionais como seja o Raio X. A título ilustrativo desta realidade, no campo específico da oncologia, a Tomografia por Emissão de Positrões (PET), exame fundamental de estadiamento e monitorização da doença, apresenta atualmente custos unitários na ordem dos milhares de euros.

Na área da Inovação Terapêutica, no tratamento do cancro, houve igualmente uma evolução exponencial dando lugar ao que hoje se designa por Medicina Personalizada ou Medicina de Precisão. Esta nova abordagem veio substituir a quimioterapia "generalista". Assiste-se assim, ao aparecimento continuado de novos fármacos de Terapêutica "orientada", alguns dos quais de origem biológica, os denominados Imunoterápicos, cujo preço é extraordinariamente mais elevado, o que torna os atuais tratamentos - para um mesmo diagnóstico - muitíssimo mais onerosos.



De facto, num espaço de menos de uma década, o custo do tratamento farmacológico mais do que duplicou, acrescentando a estes custos toda a parafernália dos testes genómicos relativos ao ADN tumoral, os quais são indispensáveis para orientar esta terapêutica de “precisão”.

No capítulo cirúrgico, a evolução tem sido, igualmente, muito expressiva, evoluindo-se da clássica cirurgia “aberta” para a cirurgia laparoscópica e, finalmente, esta mesma cirurgia, mas assistida por robot que se tem vindo a disseminar rapidamente e com custos muitíssimo superiores.

Também o surgimento de fatores conjunturais pós-Covid contribuiu para a deterioração do estado de saúde, realidade que potenciou o crescimento dos custos com diagnóstico e tratamento. Com efeito, os atrasos verificados nos rastreios culminaram em diagnósticos tardios que, quando estabelecidos, revelaram quadros clínicos em estados mais avançados, requerendo tratamentos mais complexos e prolongados. Por outro lado, o deficiente acompanhamento de patologias crónicas, provocado pelo isolamento e prevenção do contágio por Covid-19, conduziu ao agravamento dos quadros clínicos, com um número superior de agudizações da doença. Por último, o Covid-19 deixou sequelas de natureza cardiovascular, pulmonar e imunológica, com tradução no aumento da carga de doença e de custos.

A par com esta aceleração e evolução na atividade, os Prestadores foram impactados pelo contexto adverso e absolutamente ímpar de pressão ao nível de custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos, em virtude da acentuada inflação registada, resultado da interrupção das cadeias de abastecimento e da guerra na Ucrânia.

A eficiência operacional preconizada pelos prestadores de saúde, por via da aceleração da digitalização/automatização e da agilização/simplificação de processos não foi, por si só, alavanca suficiente para conter os aumentos dos custos operacionais, pelo que se verificou em 2022 uma forte pressão dos Prestadores de Saúde, junto das entidades financiadoras, para revisão em alta do preço dos serviços por si prestados. Perspetiva-se que esta tendência venha a acentuar-se em 2023.

A inovação em saúde manteve em 2022 o padrão e dinâmica dos anos anteriores, continuando a verificar-se um forte investimento dos principais grupos hospitalares e de diagnóstico no lançamento de novos serviços, aquisição de equipamentos de última geração, adoção de novas técnicas e um acentuar da decisão clínica assente em novos dispositivos médicos, materiais e fármacos. Estas inovações em saúde permitem globalmente, para os Clientes, abordagens menos invasivas, mais precisas e eficazes, mas implicam, no entanto, acréscimos exponenciais de custos o que, ainda assim, não demove a Multicare de preservar a sua postura, diferenciadora no mercado, de early adopter.

Estando o Cliente no topo das suas prioridades, a Multicare privilegia o investimento sucessivo em soluções inovadoras que potenciem a prevenção e a promoção de estilos de vida saudáveis e, em caso de doença e necessidade de cuidados complexos, o acesso às mais inovadoras abordagens terapêuticas.

### **Oferta de Valor e Prevenção**

Com o objetivo de incentivar a prevenção na saúde oral, a Multicare lançou o produto Multicare Dental com atos médicos de prevenção incluídos sem custos adicionais e acesso a serviços de medicina dentária numa rede de referência. Este é um seguro para toda a família, com acesso a atos médicos prestados numa rede selecionada de acordo com critérios de elevada qualidade e com disponibilização das técnicas mais inovadoras.

Tendo sido pioneira, em Portugal, no lançamento da cobertura de saúde mental em 2021, a Multicare fez, em 2022, nova aposta para tornar a proteção ainda mais efetiva. Como forma de apoiar os seus clientes na utilização desta cobertura, a Multicare atualizou o valor da consulta de psicologia como forma de atrair mais psicólogos para a rede, contando já com mais 400 profissionais espalhados pelo país. Reconhecendo a importância da manutenção do bem-estar e equilíbrio da saúde mental, a Multicare incluiu também nesta cobertura a assistência por meios digitais que permite o reembolso do custo da subscrição de Apps que potenciem relaxamento, gestão do stress e do sono, promovendo uma maior capacidade para lidar com os desafios do quotidiano.

### **Reforço da Proposta de Valor da Medicina Online**

Desde 2016 que a Multicare oferece aos seus Clientes um conjunto de serviços médicos, através de teleconsulta, tendo vindo de forma continuada a alargar a proposta de valor; a oferta do Médico Assistente Online, serviços de psicologia e saúde mental, apoio oncológico e promoção de uma vida saudável, são disso alguns exemplos.

Com a crescente adoção dos meios digitais na saúde, a Multicare tem vindo a reforçar a abrangência das consultas de especialidade, tendo, em 2022, passado a disponibilizar gastroenterologia, cardiologia e oftalmologia.

À semelhança de anos anteriores, as queixas relacionadas com o aparelho digestivo são muito comuns, sendo uma das causas mais frequentes de automedicação não prescrita.

Também as questões do sistema cardiovascular são frequentes e a equipa de cardiologistas proporcionará todo o apoio em situações de sintomas ligeiros e no controlo de fatores de risco, cruciais para evitar doenças deste foro.

Na valência de oftalmologia, uma equipa de médicos da especialidade apoia e acompanha as situações de patologias agudas do olho, cataratas, glaucoma ou outras doenças oftalmológicas, e também os cuidados a ter antes e após cirurgias bem como na interpretação de exames oftalmológicos.

### **Promoção de Estilo de Vida Saudável**

Alterando o paradigma dos seguros de saúde em Portugal, a Multicare lançou em 2020 o Programa Multicare Vitality. Com este Programa pretende-se a promoção de hábitos de vida saudáveis e comportamentos positivos. Através do acesso à aplicação móvel é lançado o desafio aos Clientes de promoverem a sua saúde e bem-estar. Superando os desafios, os Clientes conquistam prémios e outros benefícios.

Ao longo do ano foram introduzidas diversas melhorias no Programa com o objetivo de otimizar a jornada do Cliente, aumentar a notoriedade e fazer crescer o número de Clientes desafiados.

O Programa foi alargado à carteira Tailor Made e apresentado de forma mais personalizada com a realização webinars junto dos colaboradores, reuniões de follow up com as empresas para aferição, e ações de ativação com os colaboradores para promover engagement. O benefício é transversal, quer para colaboradores quer para as empresas, já que o impacto é positivo ao nível da saúde de cada indivíduo assim como na redução da taxa de absentismo, no aumento produtividade e satisfação, fatores de diferenciação, que podem contribuir para vantagem na captação e retenção de talento.

Foram ainda dinamizadas diversas ações promotoras da utilização da aplicação e motivadoras do cumprimento de objetivos, como campanhas de desconto na aquisição de gadgets, duplicação de recompensas ou dinamização de exercício associado a datas relacionadas com saúde e bem-estar.

### **Foco na Excelência Operacional e na Qualidade de Serviço**

Com mais de 1,1 milhão de Pessoas Seguras e uma proposta de valor diferenciadora, a Multicare permanece como a única seguradora de saúde com sistema de gestão de qualidade certificado. Foi pioneira, em 2011, ao obter a certificação ISO 9001 que tem vindo sucessivamente a ser renovado com distinção, resultado de um trabalho contínuo, pautado pela excelência operacional e qualidade do serviço prestado.

Assente numa cultura de melhoria contínua e de inovação permanente, a Multicare assume, em 2021, o compromisso com a excelência ao alcançar o reconhecimento "Committed to Excellence" de acordo com o modelo de excelência da European Foundation for Quality Management (EFQM), atribuído pela Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ).

Com o foco nos seus Clientes, mas também nos seus Colaboradores, volta, em 2022, a ser distinguida como Organização Saudável de Excelência, certificação atribuída a organizações que evidenciam práticas para promoção da saúde, bem-estar, desenvolvimento e felicidade dos seus colaboradores, que vão muito além dos requisitos legais impostos. Reconhecida não só pelos seus Clientes, mas também por Entidades Independentes é líder de mercado e uma fonte de inspiração que a todos orgulha.

Com a melhoria contínua como um dos pilares da sua estratégia, a Multicare continua a apostar em aperfeiçoar a experiência do Cliente, simplificando a jornada desde a subscrição do seguro até à sua materialização. Foram desenvolvidas diversas iniciativas assentes na otimização dos processos e experiência do Cliente das quais se destacam a simplificação do processo de subscrição, com a qual se pretende reduzir o seu tempo e incrementar a informação disponibilizada durante o mesmo, na eliminação da necessidade de leitura do cartão nas prestações em rede e na possibilidade de search&booking através da app MyFidelidade e MyMulticare. Também o incremento dos automatismos relativos a processos de reembolso e autorizações foi objeto de aposta em 2022, evoluindo para patamares de referência no setor.

A satisfação dos Clientes é, assim, da maior importância para o aperfeiçoamento na Multicare. Desta forma, é realizado anualmente um inquérito de satisfação a novos tomadores de seguro e a pessoas seguras que tenham utilizado o seguro no ano anterior. Em 2022, a Multicare voltou a atingir valores de satisfação e recomendação elevados, o que resultou num Net Promoter Score (NPS) de 38. Os clientes destacaram positivamente as coberturas de Medicina Online e o processo de autorizações para além da Rede Médica de Prestadores Multicare.

A Multicare encerra 2022 com um índice de satisfação de 8,82 (1:10), superior ao de 2021, e continua a avaliar a satisfação individual dos clientes com os processos de autorização e de reembolso, dando lugar a contactos com Clientes que manifestam insatisfação na gestão do seu processo. Este tratamento personalizado reforça a confiança no serviço e potencia a identificação de oportunidades de melhoria.

As reclamações de Clientes são uma prioridade constante para a Multicare, uma vez que representam uma dimensão relevante da voz do Cliente e constituem uma poderosa ferramenta de melhoria contínua.

É com enorme orgulho que a Multicare vê reconhecida a confiança e valor por parte dos Portugueses. Em 2022, voltou a ser distinguida como Escolha do Consumidor (nas categorias Seguros e Sistemas de Saúde) e como Marca Superbrand, arrecadando ainda a Marca de Confiança 2022 (Seleções do Reader's Digest) e Powerful Brand, que distingue o valor das marcas nos territórios da Sustentabilidade, da Ética, da Inovação e Propósito da marca, procurando tangibilizar estas dimensões que são críticas no seu valor.

### **Promoção do Conhecimento sobre Saúde**

Apoiar a construção de uma sociedade sustentável, com o compromisso de educar, acompanhar e servir as pessoas faz parte da Missão da Multicare e porque acredita sempre no valor das pessoas sente-se incentivada a investir constantemente na identificação de novas e inovadoras soluções que deem resposta às diferentes necessidades das diversas partes interessadas que a rodeiam.

A responsabilidade consciente, enquanto líder do mercado, motiva a Multicare a promover reflexões relativas à saúde física, mental e social e que espelham os desafios da sociedade atual.

Foi neste contexto que em 2022 manteve a plataforma de reflexão em formato vídeo e podcast "Por falar nisso", sobre os mais diversos temas que promovem bem-estar físico, mental e social, e também que se estabeleceu uma parceria com a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) para apostar na literacia em saúde mental. A Multicare e a OPP pretendem, assim, ampliar o conhecimento nesta área, desconstruir mitos e contribuir para a redução do estigma associado à (ausência) de saúde mental através da publicação regular de conteúdos relacionados com o equilíbrio e a gestão da saúde psicológica.

## 2.3. Atividade

### Recursos Humanos

Com foco no bem-estar dos seus colaboradores, a par com o crescimento da carteira, do aumento da qualidade e níveis de serviço, a Multicare investe na melhoria dos processos e na automatização de rotinas com o objetivo de incrementar a produtividade, vendo assim estabilizado o quadro de colaboradores.

No final de 2022, o quadro de efetivos da Multicare contava com 283 recursos humanos, dos quais 279 colaboradores com vínculo efetivo.

### Colaboradores por Vínculo



Apostada na manutenção de funções diferenciadas e de maior valor, a Multicare tem vindo a desenvolver um modelo de gestão de talento, essencial para a implementação da estratégia e cultura desejada. A sua aplicação garante ações apropriadas para a identificação, desenvolvimento e tomada de decisão sobre os seus recursos, assegurando não só uma gestão diferenciada do talento e a sua retenção, mas também a criação e manutenção de uma equipa focada e motivada.

Muito além do cumprimento do requisito legal, a Multicare mantém como prioridade o desenvolvimento de talento e investe na formação técnica e comportamental dos seus recursos. Encontra-se disponível, para qualquer colaborador, o acesso a uma plataforma de conhecimento e aprendizagem onde cada um, em conjunto com a sua liderança, define o seu percurso de evolução e crescimento pessoal e profissional. Esta plataforma, transversal a todo o Grupo, digital e de acesso simples com a qual se pretende construir uma oferta de novas abordagens e tendências, capacita a Multicare em novas metodologias de trabalho e facilita a difusão de uma cultura de Foco no Cliente.

Atenta à evolução do mercado e às boas práticas valorizadas pelos colaboradores, a Multicare disponibilizou a todos a possibilidade de adoção de um modelo híbrido de trabalho. Com acesso a um modelo mais flexível, vê-se aumentado o bem-estar dos colaboradores, com maior equilíbrio entre responsabilidades pessoais e profissionais, não descurando a produtividade e a equidade no acesso a recursos e oportunidades de crescimento profissional para os trabalhadores remotos.

As atividades de engagement de colaboradores são já uma longa tradição na Multicare. Em 2022, estas iniciativas tiveram como objetivo marcar e promover o regresso ao trabalho presencial e uma maior conexão entre pessoas e equipas, que havia sido afetada durante os anos de trabalho predominantemente remoto. Nestas atividades são também promovidos valores e cultura da empresa como a promoção de vida saudável, espírito de partilha e de solidariedade bem como o desenvolvimento de talento.

Neste âmbito foram levadas a cabo diversas ações das quais se destacam a Reunião Anual de Objetivos, que ficou marcada como o primeiro grande evento presencial Multicare pós confinamentos, o Team Building Multicare, o Arraial e o Jantar de Natal, fechando, assim, o ano em festa. Realizaram-se ainda: o Team Building Make-a-Wish, a Ginástica Laboral, o Passeio Cultural, o Workshop de Alimentação e Magusto partilhado de São Martinho.

## 2.4. Evolução da Carteira

### Resseguro Aceite

O volume de prémios emitidos em resseguro aceite manteve a tendência crescente de 2021. Maioritariamente concentrado em Portugal, este registou um aumento global de 10% excedendo os 413 M€.

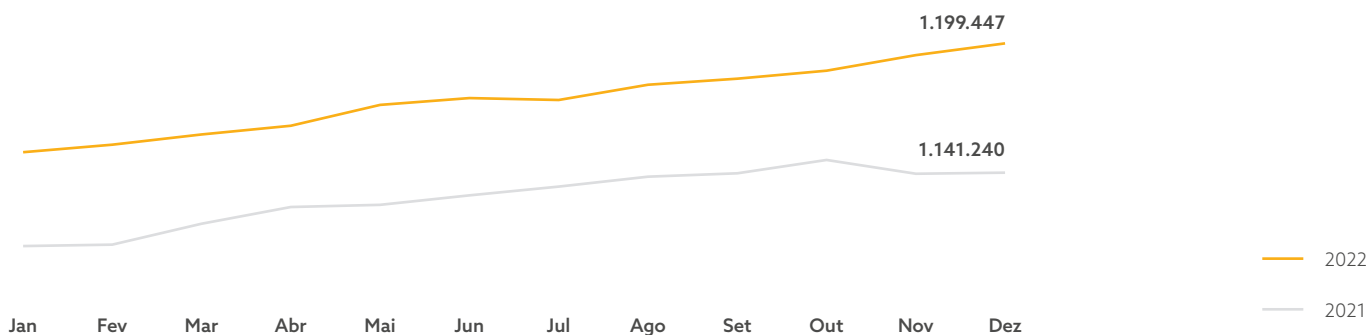
(milhares de euros)

	Prémios RA		Variação (%)
	2021	2022	
Nacional	375.486	412.478	9,9%
Internacional	798	1.303	63,2%
<b>Total</b>	<b>376.284</b>	<b>413.781</b>	<b>10,0%</b>

### Pessoas Seguras

Mais de 10% da população portuguesa endereça a proteção da sua saúde à Multicare. O universo de Clientes cresceu 5,1% e situa-se muito próximo de 1,2 milhões de pessoas seguras. Esta demonstração de confiança confere à Multicare um reforçado sentido de responsabilidade que assume com a proteção efetiva de todos os seus Clientes.

### Evolução Pessoas Seguras



### 3. RESULTADOS

Analisadas as Demonstrações Financeiras, salientam-se os seguintes aspetos:

#### Resultado técnico

(milhares de euros)

Rubricas	2021	2022	Var. (%)
Seguro Direto	331	816	146,4%
Resseguro Aceite	60.636	56.758	-6,4%
R. Cedido + Retrocessão	-2.882	-3.213	11,5%
<b>Resultado Técnico Global</b>	<b>58.085</b>	<b>54.362</b>	<b>-6,4%</b>

O Resultado Técnico Global decresceu 6,4%, face a 2021, evolução diretamente relacionada com o Resseguro Aceite. O Resultado do Seguro Direto cresceu 485 m€, em virtude da redução da taxa de sinistralidade.

Verificou-se uma evolução positiva na generalidade das variáveis técnicas de Resseguro Aceite. Comparativamente a 2021, o resultado de 2022 não reflete o crescimento destas variáveis, em consequência da anulação integral, no ano anterior, da Provisão para Riscos em Curso.

Em linha com o crescimento da carteira, também o custo com o resseguro e retrocessão cresceu ligeiramente.

(milhares de euros)

Rubricas	2021	2022	Var. (%)
Prémios	376.284	413.781	10,0%
Var. PPNA	2.705	-4.023	-248,7%
Prémios Adquiridos	378.990	409.758	8,1%
Participação nos Resultados	5.989	8.134	35,8%
Varição Prov. Riscos em Curso	8.614	0	-100,0%
Comissões	-40.526	-44.511	9,8%
Custos de Aquisição Diferidos	-603	456	175,7%
Indemnizações	-294.102	-320.043	8,8%
Rendimentos Provisões Retidas	2.274	2.964	30,4%
<b>Resultado Técnico Resseguro Aceite</b>	<b>60.636</b>	<b>56.758</b>	<b>-6,4%</b>
<b>Taxa de Sinistralidade Resseguro Aceite</b>	<b>77,6%</b>	<b>78,1%</b>	<b>0,5 p.p</b>

O crescimento dos Prémios Adquiridos e da Participação nos Resultados acomoda o acréscimo das Comissões de Resseguro e Indemnizações, permitindo o aumento da Margem Técnica.

Também os Rendimentos das Provisões Retidas evoluíram favoravelmente e registaram um crescimento na ordem dos 30%.

Contudo, o ano de 2021 registou um proveito resultante da anulação da Provisão para Riscos em Curso, constituída em 2020 para comportar o adiamento da sinistralidade decorrente do contexto pandémico vivido. Não tendo em consideração este movimento, o Resultado de Resseguro Aceite de 2022 seria superior em mais de cerca de 7%.

### Custos de funcionamento por natureza a imputar

Os Custos de Funcionamento cresceram 11,3% comparativamente ao ano anterior, situando-se em 23,6M€:

(milhares de euros)

Rubricas	2021	2022	Var. (%)
Despesas com Pessoal	11.702	12.919	10,4%
FSE	8.637	9.837	13,9%
Impostos e Taxas	26	22	-15,2%
Depreciações e amortizações	846	815	-3,7%
Outras provisões	0,0	0,0	0,0%
Juros suportados	13	8	-40,8%
Comissões	29	48	67,5%
<b>Total de Custos de Funcionamento</b>	<b>21.253</b>	<b>23.648</b>	<b>11,3%</b>
<b>% total de prémios líquidos de resseguro (*)</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,8%</b>	<b>0,2 pp</b>

(\*) não inclui participação nos resultados

Os Custos Com Pessoal cresceram em função do incremento do quadro de colaboradores, mas também decorrente de um posicionamento funcional mais adequado e de maior aporte de valor para a Organização. O aumento dos custos com FSE era expectável e decorreu essencialmente do incremento da atividade. Não obstante, o crescimento da carteira de prémios sob gestão acomodou quase integralmente o crescimento dos custos de funcionamento. Com efeito, o peso dos custos sobre os prémios aumentou em apenas 0,2pp.

## Provisões Técnicas

As provisões técnicas, de Seguro Direto e Resseguro, são constituídas pelas provisões para Prémios Não Adquiridos e provisões para Sinistros, ascendendo a totalidade a 119M€, o que representa um acréscimo de 16% relativamente ao ano anterior. Este desempenho é motivado pelo aumento da carteira e também pela evolução do volume de sinistros.

As provisões são representadas pelos ativos no valor de 236M€. Tendo crescido 11% face a 2021, esta evolução representa uma redução de 8,6 pp no Rácio de Cobertura. O contexto económico em que se vive tem impactos evidentes na evolução dos mercados com consequências expressivas no valor dos ativos.

(milhares de euros)

Ativos de Representação das Provisões Técnicas	2021	2022
Total de Ativos	212.745	236.275
Total Responsabilidades	103.078	119.479
<b>Rácio de Cobertura S/ Provisões Técnicas</b>	<b>206,4%</b>	<b>197,8%</b>

## Resultado Líquido

O Resultado Líquido é de 23,4M€, inferior em 17,8%, quando comparado com o do ano transato. Esta evolução advém, conforme atrás referido, da anulação em 2021 da Provisão para Riscos em Curso, representado um proveito adicional nesse exercício.

(milhares de euros)

Resultados	2021	2022	Var. (%)
<b>Resultado Técnico</b>	<b>58.085</b>	<b>54.362</b>	<b>-6,4%</b>
Custos Funcionamento	-21.253	-23.648	11,3%
<b>Resultado de Exploração</b>	<b>36.832</b>	<b>30.714</b>	<b>-16,6%</b>
Proveitos não afetos	0	0	0,0%
Outros Encargos (*)	-196	-841	328,9%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>36.636</b>	<b>29.873</b>	<b>-18,5%</b>
Imposto s/ Rendimento	-8.159	-6.454	-20,9%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>28.477</b>	<b>23.419</b>	<b>-17,8%</b>

(\*) Os outros encargos incluem diferenças de câmbio, gastos financeiros, perdas de imparidade e ganhos pela valorização de ativos



### Capital próprio

O decréscimo do Resultado Líquido do ano atenua o crescimento das Reservas por incorporação do Resultado Líquido do exercício anterior. Desta forma, o Capital Próprio cresce 11,6%, quando comparado a 2021, atingindo cerca de 155M€.

(milhares de euros)

Capital Próprio	2021	2022	Var. (%)
Capital	27.000	27.000	0,0%
Reservas	83.344	78.829	-5,4%
Resultados Transitados	8	25.637	100%
Resultado do Exercício	28.477	23.419	-17,8%
<b>Total</b>	<b>138.829</b>	<b>154.885</b>	<b>11,6%</b>

## 4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2022, o Resultado Líquido totalizou 23.419.493 € (vinte e três milhões, quatrocentos e dezanove mil, quatrocentos e noventa e três euros).

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração vem propor à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

Proposta de Aplicação de Resultados	
Reserva Legal (10%)	2.341.949 €
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	21.077.544 €
<b>Total</b>	<b>23.419.493 €</b>

## 5. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

---

A Multicare continuará a colocar o Cliente no centro da sua atuação, apostando numa relação de parceria na promoção da saúde dos seus clientes e procurando atender às suas necessidades e expectativas, aportando valor efetivo e duradouro.

Dando continuidade à estratégia seguida nos últimos anos, a Multicare continuará a apostar no diagnóstico precoce, na promoção e melhoria do estilo de vida dos seus clientes e no acesso facilitado a cuidados primários, disponibilizando ferramentas de autocuidado e apostando crescentemente na ativação da sua utilização.

A Multicare pretende, em 2023, melhorar a jornada de prevenção dos clientes (check-up, Medicina Online, Vitality), assim bem como apostar em iniciativas de literacia, de comunicação e de ativação, quer em clientes particulares, quer em empresas.

Sem descurar a possibilidade de poder introduzir novas ferramentas de autocuidado, irá continuar a evoluir as ferramentas diferenciadoras que disponibiliza aos seus clientes, destacando-se:

- (i) Alargamento do horário de consultas (ex. pediatria), lançamento de novas especialidades e introdução de novos serviços na Medicina Online, acompanhando as mais recentes tendências mundiais e procurando manter-se como a plataforma mais abrangente e inovadora do mercado;
- (ii) Introdução de melhorias na App e na proposta de valor do Programa Multicare Vitality, onde se incluirão, por exemplo, novas tipologias de desafios ligados a outras áreas de estilo de vida, como sejam alimentação e saúde mental.

A Multicare pretende ainda continuar a reforçar a sua proximidade com os Clientes e o seu papel de parceiro na melhoria da sua saúde. Assim sendo, para além da aposta mencionada na prevenção, continuará a apostar na oferta de um portfolio de produtos inovadores que permitam a proteção efetiva em situações graves, por meio do acesso a uma rede de prestadores convenionados abrangente e de qualidade, permitindo o recurso a soluções pioneiras em resposta às exigências da saúde, em cada momento. Continuará a fazer evoluir a oferta de produtos e serviços para melhor se adequarem às necessidades específicas e variadas dos Clientes, assim bem como à evolução dessas necessidades ao longo da vida. Neste sentido, está a desenvolver soluções que respondam ainda melhor às necessidades das crianças, dos jovens ou de pessoas de idade avançada.

A Multicare pretende ainda desenvolver, com os seus prestadores, modelos de pagamento baseados em valor, alinhando os incentivos ao longo de todo o ciclo de cuidado do paciente, por forma a contribuir positivamente para melhores resultados em saúde no longo prazo, de forma custo-efetiva, apoiando assim também a sustentabilidade do sistema e da despesa.

O processo de transformação digital irá prosseguir com o intuito de continuar a melhorar a satisfação dos Clientes, trabalhando sobretudo em três vetores: melhoria dos tempos de resposta ao Cliente, maior visibilidade do estado dos processos e disponibilização de soluções inovadoras e mais personalizadas. Em 2023, prevêem-se melhorias na jornada de subscrição e na jornada de submissão e acompanhamento de reembolsos.

Integrada num Grupo com mais de 200 anos de história, que conferem a certeza de que só cuidando do presente é possível perseverar e alcançar um futuro próspero, justo e sustentável, a Multicare pretende integrar, progressivamente, os fatores ESG em todos os seus processos e atividades, alinhando-os com as melhores práticas de gestão de investimentos e de desenvolvimento de produtos. É objetivo da Multicare estar na vanguarda da sustentabilidade nas diferentes áreas em que atua e impactar positivamente a sociedade, enquanto protege as pessoas e preserva o seu futuro.

Avaliar os impactos, gerir de forma consistente a exposição aos riscos e disponibilizar produtos e serviços diferenciadores, que integram preocupações ambientais e sociais, constitui uma importante vertente do cumprimento da Missão da Multicare, em respeito por todas as partes interessadas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Conforme o disposto no artigo 21º do D.L. n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

Concluído o presente Relatório, o Conselho de Administração endereça igualmente o seu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a atividade da Multicare salientando, em particular:

- O Conselho Fiscal, pelo empenho e dedicação manifestados no acompanhamento e controlo da atuação da Companhia;
- Os Acionistas, pelo apoio prestado ao desenvolvimento estratégico da Companhia;
- Os Colaboradores, pelo profissionalismo, empenho e competência;
- Os Clientes, pela preferência e confiança na Companhia e pelo estímulo à permanente à inovação e à excelência.

Lisboa, 22 fevereiro de 2022

### **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

Maria João Vellez Carço Honório Paulino de Sales Luís

Ana Rita Guia Gomes

## ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º, DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

---

À data do encerramento do exercício de 2022, encontrava-se na situação prevista no artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., titular de 5.400.000 de ações representativas de 100% do capital social e dos direitos de voto da Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

O Conselho de Administração

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(valores em euros)

ATIVO	Notas	2022			2021
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 e 10	29.969.496	-	29.969.496	31.867.161
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4 e 10	139.662	-	139.662	89.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5 e 10	21.396.214	-	21.396.214	11.735.978
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7 e 10	97.109.113	-	97.109.113	94.640.435
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	8 e 10	113.007.803	-	113.007.803	96.446.740
Terrenos e edifícios		2.664.144	(2.281.812)	382.332	951.554
Terrenos e edifícios de uso próprio	9 e 10	2.664.144	(2.281.812)	382.332	951.554
Outros ativos tangíveis	10 e 11	1.036.340	(966.629)	69.711	73.476
Outros ativos intangíveis	12	2.447.542	(1.438.192)	1.009.351	1.183.496
Provisões técnicas de resseguro cedido		1.167.825	-	1.167.825	1.315.382
Provisão para prémios não adquiridos	13	462.970	-	462.970	418.005
Provisão para sinistros	13	704.855	-	704.855	758.950
Provisão para participação nos resultados	13	-	-	-	138.428
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		16.984.887	-	16.984.887	15.289.796
Contas a receber por operações de seguro direto	14	59.530	-	59.530	31.509
Contas a receber por outras operações de resseguro	14	15.843.832	-	15.843.832	15.023.050
Contas a receber por outras operações	14	1.081.525	-	1.081.525	235.237
Ativos por impostos		3.041.634	-	3.041.634	226.286
Ativos por impostos correntes	15	6.303	-	6.303	-
Ativos por impostos diferidos	15	3.035.330	-	3.035.330	226.286
Acréscimos e diferimentos	16	105.427	-	105.427	163.220
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>289.070.088</b>	<b>(4.686.633)</b>	<b>284.383.455</b>	<b>253.983.185</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2022	2021
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas		119.478.708	103.077.985
Provisão para prémios não adquiridos	17	30.692.515	27.130.216
Provisão para sinistros	17	88.786.193	75.947.770
De outros ramos	17	88.786.193	75.947.770
Outros passivos financeiros	18	394.965	982.831
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	28	58.785	12.044
Outros credores por operações de seguros e outras operações		4.208.011	6.448.245
Contas a pagar por operações de seguro direto	19	237.373	224.982
Contas a pagar por outras operações de resseguro	19	45.688	774.379
Contas a pagar por outras operações	19	3.924.951	5.448.884
Passivos por impostos		391.200	609.260
Passivos por impostos correntes	15	278.837	239.550
Passivos por impostos diferidos	15	112.364	369.710
Acréscimos e diferimentos	20	4.769.822	3.859.718
Outras provisões	21	196.715	172.500
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>129.498.207</b>	<b>115.162.584</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	22	27.000.000	27.000.000
Reservas de reavaliação		( 8.545.135 )	1.335.388
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida			
valorizados ao justo valor através de reservas	23	( 8.665.401 )	978.681
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida			
valorizados ao justo valor através de reservas	23	120.267	356.707
Reserva por impostos diferidos	23	2.411.403	( 378.366 )
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	23	( 219.442 )	44.652
Outras reservas	23	85.181.885	82.334.228
Resultados transitados	23	25.637.044	8.127
Resultado do exercício	23	23.419.493	28.476.573
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>154.885.248</b>	<b>138.820.602</b>
<b>TOTAL PASSIVOS E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>284.383.455</b>	<b>253.983.185</b>

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

Diretor de Contabilidade e Informação Financeira  
Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado  
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques  
Presidente

Maria João Vellez Carço Honório Paulino de Sales Luís  
Vogal

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2022			2021
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		415.594.126	-	415.594.126	383.092.174
Prémios brutos emitidos	24	427.068.104	-	427.068.104	387.320.901
Prémios de resseguro cedido	24	(7.497.759)	-	(7.497.759)	(6.885.101)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	17 e 24	(4.021.183)	-	(4.021.183)	2.623.569
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	13 e 24	44.965	-	44.965	32.804
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(330.860.943)	-	(330.860.943)	(304.344.136)
Montantes pagos		(318.315.616)	-	(318.315.616)	(282.848.377)
Montantes brutos	25 e 26	(321.712.769)	-	(321.712.769)	(285.564.750)
Parte dos resseguradores	13 e 25	3.397.153	-	3.397.153	2.716.373
Provisão para sinistros (variação)		(12.545.327)	-	(12.545.327)	(21.495.760)
Montante bruto	25	(12.491.232)	-	(12.491.232)	(21.925.043)
Parte dos resseguradores	25	(54.095)	-	(54.095)	429.283
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	17	-	-	-	8.613.921
Custos e gastos de exploração líquidos		(56.925.278)	-	(56.925.278)	(52.782.964)
Custos de aquisição	26	(52.307.789)	-	(52.307.789)	(47.729.056)
Custos de aquisição diferidos (variação)	17	458.884	-	458.884	(594.444)
Gastos administrativos	26	(5.973.332)	-	(5.973.332)	(5.284.372)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	26	896.958	-	896.958	824.909
Rendimentos		2.996.672	-	2.996.672	2.301.433
De juros de ativos financeiros não valorizados					
ao justo valor por via de ganhos e perdas	29	2.911.647	-	2.911.647	2.280.706
De outros	29	85.025	-	85.025	20.727
Gastos financeiros		(113.779)	(86)	(113.865)	(73.807)
De outros	26 e 30	(113.779)	(86)	(113.865)	(73.807)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas		(1.008)	-	(1.008)	54.909
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	31	(1.008)	-	(1.008)	54.909
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas		(1.122.036)	(6.786)	(1.128.822)	58.396
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	32	(1.122.036)	(6.786)	(1.128.822)	58.396
Diferenças de câmbio	33	184.746	-	184.746	(2.164)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(361.383)	21.811	(339.572)	(146.288)
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	34	(361.383)	-	(361.383)	(71.970)
De outros	34	-	21.811	21.811	(74.318)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	32	264.094	-	264.094	(75.315)
Outros rendimentos/gastos	35	-	203.231	203.231	(60.332)
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS</b>		<b>29.655.210</b>	<b>218.170</b>	<b>29.873.381</b>	<b>36.635.826</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	36	-	(6.730.508)	(6.730.508)	(8.191.993)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	36	-	276.621	276.621	32.740
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>29.655.210</b>	<b>(6.235.717)</b>	<b>23.419.493</b>	<b>28.476.573</b>

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

Pelo Conselho de Administração

Diretor de Contabilidade e Informação Financeira  
Ana Paula Bailão Rodrigues

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques  
Presidente

Contabilista Certificado  
Filipa Jesus Martins Pires

Maria João Vellez Carço Honório Paulino de Sales Luís  
Vogal



## DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(valores em euros)

	Capital Social	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	Reserva legal
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>27.000.000</b>	<b>2.207.585</b>	<b>( 601.425)</b>	<b>( 30.663)</b>	<b>6.159.288</b>
Aplicação do resultado	-	-	-	-	1.754.715
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de instrumentos					
ativos financeiros disponíveis para venda	-	( 944.167 )	259.646	-	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos					
ativos financeiros disponíveis para venda	-	71.970	( 19.792 )	-	-
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	( 16.796 )	75.315	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>27.000.000</b>	<b>1.335.388</b>	<b>( 378.366)</b>	<b>44.652</b>	<b>7.914.003</b>
Aplicação do resultado	-	-	-	-	2.847.657
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de instrumentos					
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	( 9.644.082 )	2.652.123	-	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos					
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	( 236.440 )	65.021	-	-
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	72.626	( 264.094 )	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>27.000.000</b>	<b>( 8.545.135)</b>	<b>2.411.403</b>	<b>( 219.442)</b>	<b>10.761.660</b>

(continuação)

(valores em euros)

	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Prêmios de emissão	Outras reservas			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>13.194.000</b>	<b>45.672.511</b>	<b>( 230.590)</b>	<b>17.547.146</b>	<b>110.917.852</b>
Aplicação do resultado	-	15.553.714	238.717	( 17.547.146 )	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de instrumentos					
ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	( 684.521 )
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos					
ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	52.178
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	-	-	58.519
Resultado líquido do exercício	-	-	-	28.476.573	28.476.573
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13.194.000</b>	<b>61.226.225</b>	<b>8.127</b>	<b>28.476.573</b>	<b>138.820.602</b>
Aplicação do resultado	-	-	25.628.916	( 28.476.573 )	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de instrumentos					
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	( 6.991.960 )
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos					
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	( 171.419 )
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	-	-	( 191.468 )
Resultado líquido do exercício	-	-	-	23.419.493	23.419.493
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>13.194.000</b>	<b>61.226.225</b>	<b>25.637.044</b>	<b>23.419.493</b>	<b>154.885.248</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(valores em euros)

	2022	2021
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>23.419.493</b>	<b>28.476.573</b>
<b>Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas</b>		
Variação no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto		
Valorização	( 9.045.252 )	( 999.077 )
Imparidade	( 597.823 )	-
Alienação	( 1.008 )	54.909
Imposto diferido	2.652.123	259.646
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	( 236.440 )	71.970
Imposto diferido	65.021	( 19.792 )
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)		
Valor bruto	( 264.094 )	75.315
Imposto diferido	72.626	( 16.796 )
<b>RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>( 7.354.847 )</b>	<b>( 573.824 )</b>
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO</b>	<b>16.064.646</b>	<b>27.902.750</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(valores em euros)

	2022	2021
<b>1. Fluxo de Caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	23.419.493	28.476.573
Ajustamentos por:		
Amortização de ativos tangíveis	10.186	176.548
Depreciação de ativos de direitos de uso	607.898	626.443
Amortização de ativos intangíveis	196.796	43.040
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	339.572	146.288
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	3.976.219	(2.656.374)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(458.884)	594.444
Provisões técnicas (variação)	12.544.553	21.489.132
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(8.613.921)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(276.621)	(32.740)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos corrente	6.730.508	8.191.993
Juros relativos às locações	7.213	12.645
Juros suportados	667	661
Rendimentos e ganhos líquidos provenientes de ativos financeiros	(2.910.639)	(2.351.963)
Variações:		
Variação de outros devedores por operações de seguros e outras operações	(1.725.299)	12.998.815
Variação de outros credores por operações de seguros e outras operações	(2.240.234)	(3.980.747)
Variação de acréscimos e diferimentos ativos/passivos	967.896	(27.338)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos</b>	<b>41.189.326</b>	<b>55.093.501</b>
Pagamento/Recebimento de impostos sobre o rendimento	(6.697.525)	(8.248.832)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<b>34.491.801</b>	<b>46.844.669</b>
<b>2. Fluxo de Caixa das atividades de investimento</b>		
Rendimentos e ganhos líquidos provenientes de ativos financeiros	2.829.458	2.335.616
Investimentos de capital em associadas e subsidiárias	(50.000)	-
Variação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(9.660.237)	(5.833.835)
Variação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, líquidas de reservas de reavaliação	(12.349.201)	(18.545.458)
Variação de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(16.561.064)	(18.650.987)
Aquisição de outros ativos tangíveis	(41.319)	(197.379)
Aquisições de ativos intangíveis	(22.650)	(1.107.166)
Recebimento de dividendos	81.181	16.347
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>	<b>(35.773.831)</b>	<b>(41.982.861)</b>
<b>3. Fluxos de Caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento relativo às locações	(607.754)	(626.443)
Pagamento de juros relativos às locações	(7.213)	(12.645)
Juros suportados	(667)	(661)
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>	<b>(615.634)</b>	<b>(639.749)</b>
<b>4. Aumento/diminuição líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1.897.665)</b>	<b>4.222.059</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	31.867.161	27.645.102
<b>5. Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>29.969.496</b>	<b>31.867.161</b>

# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

---

A Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare” ou “Companhia”) é uma sociedade anónima constituída em Portugal em 9 de março de 2007, com sede social na Rua Alexandre Herculano, 53, 1250-010 Lisboa. A Companhia tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

A Companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde, para a qual possui uma rede convencionada de prestadores de cuidados de saúde. Durante o ano de 2007 foram celebrados tratados de resseguro aceite com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e com a Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., através dos quais a Companhia passou a assegurar a gestão das carteiras destas entidades com efeitos a partir de 1 de outubro de 2007. Na sequência da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. em 2012, os referidos tratados foram substituídos por novos tratados celebrados com a nova entidade, a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade”).

Adicionalmente, em 2013 foi celebrado um tratado de resseguro aceite com a Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (“Via Directa”), mediante o qual a Companhia passou a assegurar também a gestão da carteira de seguros de saúde comercializados por esta entidade. Em 2013 foi ainda celebrado um tratado de resseguro aceite com a Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Angola”) através do qual a Companhia passou a aceitar uma percentagem do negócio do ramo Saúde subscrito pela cedente em Angola. Em 2015 a cedência do risco do negócio subscrito pela Fidelidade Angola passou a suportar-se através de tratados de Stop-Loss.

Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição inicial do capital social da Multicare, a Companhia via Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun”), passou a integrar a Fosun International Holdings Ltd.

Em setembro de 2020, o capital da Multicare que até então era detido em 80% pela Longrun e 20% pela Caixa Geral de Depósitos S.A. (“CGD”), passou a ser 100% detido pela Fidelidade.

As demonstrações financeiras da Multicare em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2023. Na data de emissão das demonstrações financeiras estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

---

### 2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma n.º 3/2018-R, de 29 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2022, a Companhia adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2022. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.17. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Os totais nas demonstrações financeiras e nos quadros das notas às demonstrações financeiras poderão não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. Os valores 0 e (0) indicam montantes positivos ou negativos arredondados para zero, ao passo que o traço (-) indica zero.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas. Os restantes ativos, nomeadamente os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 2.15.

A Companhia prepara exclusivamente demonstrações financeiras separadas. Sendo detida integralmente pela Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., e apresentando esta demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia beneficia assim da isenção de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As suas filiais são mensuradas ao custo, sujeito a testes de imparidade, como descrito em 2.2.

## 2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Multicare exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que a Companhia pode exercer, em conjunto com outras entidades, controlo sobre a atividade da Companhia na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11 - "Acordos Conjuntos", um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma filial, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

### 2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor através de reservas.

### 2.4. Instrumentos financeiros

#### a) Adoção da IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"

A IFRS 9 substituiu a IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" para os períodos anuais após 1 de janeiro de 2018. No sentido de garantir a consistência no setor segurador entre a aplicação da IFRS 9 e da IFRS 17 - "Contratos de seguros", o IASB emitiu uma emenda à IFRS 4 com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018 que veio permitir às empresas de seguros diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos após 1 de janeiro de 2023, alinhando assim a data de eficácia da IFRS 9 e da IFRS 17.

Adicionalmente é também permitido que as seguradoras que adotem a IFRS 9 apliquem a abordagem de sobreposição a ativos financeiros designados. Em 1 de janeiro de 2020, a Companhia aplicou retrospectivamente a IFRS 9 com a opção da abordagem de sobreposição.

#### b) Ativos financeiros

##### Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (trade date) pelo respetivo justo valor. No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas; ou
- iii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

A classificação efetuada depende dos seguintes aspetos, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de ganhos e perdas:

- O modelo de negócio da entidade para a gestão do ativo financeiro;
- As características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

### **Avaliação do Modelo de Negócio**

A Companhia procedeu a uma avaliação do modelo de negócio no qual os instrumentos financeiros são detidos ao nível do portfolio, dado que esta abordagem reflete da melhor forma como é que os ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão.

### **Avaliação se os fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI – Solely Payments of Principal and Interest)**

Para efeitos desta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial. "Juro" é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período e para outros riscos e custos associados à atividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, a Companhia considerou os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma a que não cumpram a condição de SPPI.

No processo de avaliação, a Companhia tem em consideração:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultem em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se:

- O ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;
- O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodizados, mas não pagos (poderá incluir uma compensação razoável pelo pagamento antecipado);
- O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.



A classificação dos ativos financeiros segue assim o seguinte esquema:

Fluxos de Caixa Contratuais	Modelo de Negócio	Classificação dos ativos financeiros
Fluxos de Caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI)	Receber fluxos de caixa contratuais	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado
	Receber fluxos de caixa contratuais e venda	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas
	Derivados e outros instrumentos financeiros utilizados para cobertura de riscos	Derivados de cobertura ou Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
Outros (não-SPPI)	Adquiridos para venda a curto prazo	
	Grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos em conjunto, para os quais existe uma tendência para tomada de lucros no curto prazo	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
	Outros	

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente investimentos em instrumentos de capital próprio como ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas quando estes atendem à definição de instrumentos de capital da IAS 32 e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

#### **i. Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado**

##### **Classificação**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado" se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

##### **Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas, as quais são registadas por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado" da Demonstração de Resultados.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas", com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao custo amortizado".

## ii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas

### Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas" (FVOCI) se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Estes instrumentos são essencialmente compostos por instrumentos de dívida.

### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumulados em reservas são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas".

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas", por contrapartida de reservas, e não reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros ao justo valor através de reservas são reconhecidos na rubrica de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

## iii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

### Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" (FVPL) se o modelo de negócio definido pela Companhia para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI.

Adicionalmente, a Companhia pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de ganhos e perdas, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

A Companhia classificou como "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" os seguintes tipos de ativos:

- Os ativos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura);
- Os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI);
- Os ativos financeiros que a Companhia optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o accounting mismatch;
- Os ativos financeiros que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

#### **Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Considerando que as transações efetuadas pela Companhia no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A periodização dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Rendimentos de outros" com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodização dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica "Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

#### **iv. Abordagem de sobreposição**

Uma seguradora pode optar por aplicar a abordagem de sobreposição descrita no parágrafo 35B da IFRS 4, apenas quando aplica pela primeira vez a IFRS 9.

De acordo com esta abordagem, a Companhia deve reclassificar entre os ganhos e perdas e reservas uma quantia que tenha como resultado que os ganhos e perdas no final do período de relato para os ativos financeiros designados sejam os mesmos que se verificariam se a Companhia tivesse aplicado a IAS 39 aos ativos financeiros designados. Consequentemente, a quantia reclassificada é igual à diferença entre:

- i) A quantia inscrita nos ganhos ou perdas para os ativos financeiros designados aplicando a IFRS 9;
- ii) A quantia que teria sido inscrita nos ganhos ou perdas para os ativos financeiros designados se a seguradora tivesse aplicado a IAS 39.

Um ativo financeiro é elegível para designação para a abordagem de sobreposição se, e só se, estiverem preenchidos os seguintes critérios:

- É mensurado pelo justo valor através de ganhos e perdas por aplicação da IFRS 9, mas não teria sido totalmente mensurado pelo justo valor através dos resultados por aplicação da IAS 39;

- Não é detido relativamente a uma atividade que não esteja ligada a contratos abrangidos pela IFRS 4.

A Companhia cumpre os requisitos da abordagem de sobreposição para os instrumentos financeiros que, pelos critérios de classificação da IAS 39, eram considerados como ativos financeiros disponíveis para venda e pelos critérios de classificação da IFRS 9 foram reclassificados para a classe de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os ativos financeiros em conta são instrumentos de capital e instrumentos de dívida que não cumprem com as características dos fluxos de caixa contratuais do teste SPPI (solely payments of principal and interest).

A Companhia aplica a abordagem de sobreposição a um ativo financeiro designado até que esse ativo financeiro seja desreconhecido ou deixe de ser detido relativamente a uma atividade que não esteja ligada a contratos abrangidos pela IFRS 4.

#### **v. Justo valor**

Os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" e "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado, com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

No caso dos futuros de moeda, estes são valorizados tendo por base o mesmo time stamp dos respectivos instrumentos cobertos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados encontram-se valorizados tendo por base o price to book value e modelos internos de desconto de cash flows futuros.

#### **vi. Desreconhecimento de ativos financeiros**

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia de receber os seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Companhia considera que reteve ou não o controlo dos ativos financeiros transferidos se, e só se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência.

#### **vii. Transferências entre categorias de ativos financeiros**

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospectivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionadas com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de reservas, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas.

### **c) Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

#### **Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas**

Os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

#### **Outros passivos financeiros**

Esta categoria inclui depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

### **d) Derivados**

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo seu justo valor através dos resultados na data da sua contratação. Adicionalmente são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções.

### **Derivados ao justo valor através de ganhos e perdas**

Inclui todos os derivativos que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, nomeadamente:

- Derivativos contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de ganhos e perdas, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivativos contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IFRS 9, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos de macro ou cobertura de carteiras, ou por os resultados dos testes de eficácia revelarem que a mesma não é eficaz;
- Derivativos contratados com o objetivo de trading.

Os derivativos ao justo valor através de ganhos e perdas são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e gastos do exercício, na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Rendimentos de outros". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" e "Outros passivos financeiros", respetivamente.

### **e) Perdas por imparidade**

#### **Instrumentos financeiros sujeitos ao reconhecimento de perdas por imparidade**

A Companhia reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros registados nas seguintes rubricas contabilísticas:

- Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - As perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado".
- Instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas - As perdas por imparidade em instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas", por contrapartida de reservas (não reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros).

As perdas por imparidade são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

### **Abordagem Geral**

A provisão para perdas de créditos esperadas é apurada considerando no momento da avaliação, a exposição ao risco (valor monetário do empréstimo), a respetiva probabilidade de default (PD), a respetiva severidade expectável da perda (LGD) bem como o relevante fator de desconto. Trata-se um aferimento do risco tendo em conta uma estimativa de probabilidade e valor temporal dos fluxos de caixa futuros a serem avaliados.

Esta avaliação é complementada por avaliação da degradação ou não da notação de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Uma deterioração significativa da notação de crédito implica que a avaliação deixe de ser feita numa perspetiva anual, passando a ser feita para a duração remanescente do empréstimo. Empréstimos sem deterioração de rating são assim considerados em estágio 1, empréstimos com deterioração de rating são considerados em estágio 2, sendo o estágio 3 constituídos por empréstimos com evidência objetiva de default.

Em termos genéricos, uma degradação significativa de rating a partir do reconhecimento inicial é dada pela descida de pelo menos 2 notações de rating a partir do momento em que o rating inicial se situa no BBB, sendo que esta decisão será sempre suportada numa análise caso a caso dos fatores da descida do rating.

As provisões para perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas de créditos esperadas reflete quantitativamente a perda expectável de um evento de incumprimento nos próximos 12 meses (12 month expected credit losses).

No caso das outras exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é requerida uma provisão para as perdas de crédito ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento do incumprimento o que é qualificado como uma perda de crédito lifetime (lifetime expected credit losses).

À data de cada reporte, a Companhia avalia se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer a avaliação, a Companhia compara o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reporte com o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reconhecimento inicial e considera todas as informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos.

A Companhia utiliza para a avaliação creditícia os ratings de pelo menos 3 agências credenciadas pelo regulador European Insurance and Occupational Pensions Authority EIOPA aplicando o critério do segundo melhor rating, limitado, em termos gerais, ao rating da emissão ou, caso não disponível ou não aplicável, ao rating do emitente ou alternativamente ao rating do grupo financeiro correspondente. Em último caso, numa situação em que esta informação não esteja disponível, a Companhia procura aferir, através de uma metodologia de scoring, um rating interno baseado numa análise das demonstrações financeiras disponíveis.

A Companhia considera um ativo financeiro como estando em incumprimento quando este estiver vencido há 90 dias, sendo improvável que a Companhia receba os valores contratuais em aberto na íntegra. O valor contabilístico de um ativo financeiro nesta fase, estágio 3, é reduzido refletindo meramente o recovery value não havendo expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

### Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

	Variação do risco de crédito desde o reconhecimento inicial		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Critério de classificação	Reconhecimento inicial	Aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	Em situação de imparidade
Perdas por imparidade	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Default

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas e ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos a redução do valor recuperável sob a abordagem geral e são classificados nos seguintes estágios para mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas:

- **Estágio 1:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e para os quais a provisão para perdas é mensurada por um valor igual a uma perda de crédito esperada a 12 meses;
- **Estágio 2:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas que não são ativos financeiros com redução ao valor recuperável e para os quais a provisão para perdas é avaliada num valor igual à perda de crédito "lifetime";
- **Estágio 3:** Ativos financeiros que estão com redução ao valor recuperável à data do reporte (mas que não foram comprados ou originados com redução ao valor recuperável) e que estão em imparidade (ativos em default).

### Abordagem Simplificada

A Companhia avalia as perdas de crédito esperadas associadas à rubrica de "Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações", tendo por base informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis e que sejam suscetíveis de afetar o risco de crédito. A avaliação depende da natureza do ativo, sendo para os recibos por cobrar efetuada uma análise de incobabilidade dos prémios e para os mediadores, resseguradores e outros devedores uma análise baseada no negócio e experiência passada das perdas.

### Imparidade em IAS 39

Para os ativos financeiros elegíveis para a aplicação da abordagem de sobreposição, a Companhia tem ainda de proceder ao apuramento da imparidade de acordo com a IAS 39. Estes ativos correspondem aos ativos disponíveis para venda ao abrigo da IAS 39 que, em IFRS9 correspondem a ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas.

De acordo com a IAS 39, os ativos disponíveis para venda são reconhecidos pelo valor justo e as variações no valor justo são refletidas em reservas.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade nestes ativos, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como indicador de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é julgamental com base numa análise casuística.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". Caso posteriormente existam menos valias adicionais, estas são refletidas em resultados do exercício na rubrica de "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros".

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.



## 2.5. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gastos do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar indícios de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

## 2.6. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de perdas por imparidade na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros", na Demonstração de Resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

## 2.7. Locações

### Locatário

Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

À data de entrada em vigor da norma o locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. A taxa de desconto dos pagamentos será determinada como a taxa implícita no contrato de locação, ou seja, a taxa que faz com que o valor atualizado dos pagamentos de locação e o valor residual não garantido seja igual ao justo valor do ativo subjacente acrescido dos custos diretos suportados pelo locador.

Se a taxa implícita na locação não for facilmente determinável, irá ser usada a taxa incremental de financiamento, isto é, uma taxa de desconto que é possível obter para conseguir, com a mesma maturidade e garantia semelhante, os fundos necessários para a aquisição do ativo subjacente.

Após essa data, o locatário deve mensurar o passivo:

- i) Aumentando a quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o passivo da locação;
- ii) Reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados;
- iii) Remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração da locação.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para locatários - locações de ativos de "valor baixo" (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo, ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento menor ou igual a 12 meses.

A Companhia optou por utilizar as isenções aplicáveis à norma sobre contratos de locação para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial (com exceção das locações relativas a arrendamento de imóveis), e sobre contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. A Companhia possui locações de determinados equipamentos de escritório (por exemplo, computadores pessoais) consideradas de baixo valor. A Companhia elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Para todos os contratos de locação abrangidos pelas isenções, os pagamentos de locações associados a esses contratos são reconhecidos como despesas.

### **Locador**

As locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido anteriormente. Os ativos em regime de locação financeira são registados na posição financeira como "Contas a receber por outras operações", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes dos planos financeiros dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como "Outros rendimentos/gastos".

## **2.8. Ativos intangíveis**

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos, com exceção dos projetos informáticos estruturantes, podendo ir até um período de 10 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gastos no exercício em que são incorridas.

## 2.9. Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2021 e 2022 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

A Companhia é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das sociedades dominadas que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo à Companhia é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun. O imposto correspondente à atividade da Companhia é refletido na Demonstração de Resultados e/ou em Capital Próprio.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem à valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

## 2.10. Provisões, passivos e ativos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras Provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas às contas, quando for provável a existência de influxo de benefícios económicos futuros.

## 2.11. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 - "Benefícios dos Trabalhadores". Os principais benefícios concedidos pela Companhia correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e a benefícios de saúde.

### Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho ("IRCT"), têm direito a um plano de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui os sistemas de pensões de reforma previstos nos anteriores IRCT.

Estes planos perfazem os requisitos de classificação de planos de contribuição definida, uma vez que a quantia dos benefícios pós-emprego recebida pelo empregado é determinada pela quantia de contribuições pagas por uma entidade para um plano de benefícios, juntamente com os retornos do investimento provenientes das contribuições.

As contribuições da Companhia, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto no novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado a 8 de fevereiro de 2019 ("ACT 2019"), sendo registadas como um gasto do exercício a que respeitam na rubrica de "Gastos com pessoal".

### Outros benefícios de longo prazo

No âmbito do ACT 2019, e conforme previsto nas suas cláusulas 32<sup>a</sup> a 34<sup>a</sup> e 65<sup>a</sup> a 68<sup>a</sup>, são estabelecidos novos benefícios de longo prazo, designados por Benefícios de Carreira.

### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de desempenho pagos aos colaboradores pelo desempenho das diferentes unidades de negócio e o seu contributo para os resultados da empresa, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

## 2.12. Contratos de seguro

### a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

#### **b) Reconhecimento de proveitos e custos**

Os prêmios de contratos de seguro e resseguro não vida são registados, quando devidos, na rubrica "Prêmios adquiridos líquidos de resseguro", da Demonstração de Resultados.

Os prêmios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prêmios não adquiridos.

#### **c) Provisão para prêmios não adquiridos e custos de aquisição diferidos**

A provisão para prêmios não adquiridos corresponde ao valor dos prêmios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método Pró-rata temporis aos respetivos prêmios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prêmios não adquiridos.

#### **d) Provisão para sinistros**

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. As provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro.

#### **e) Provisão para riscos em curso**

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prêmios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

#### **f) Provisões técnicas de resseguro cedido**

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

#### **g) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro**

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da Demonstração de Resultados, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

## 2.13. Comissões

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na Demonstração de Resultados ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

## 2.14. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da Demonstração de Fluxos de Caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

## 2.15. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

### Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4. e). No que respeita à definição do rating interno é utilizada uma metodologia de scoring baseada em indicadores financeiros que pretendem avaliar a capacidade de solvência dos compromissos financeiros do emitente.

A avaliação do rating interno consiste na análise de uma variedade de fatores quantitativos e qualitativos para avaliar a solvabilidade de uma empresa, incluindo sua vantagem competitiva, escala e diversificação, eficiência operacional e rentabilidade. Esses fatores são avaliados para determinar a probabilidade de uma empresa ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras. Os principais fatores considerados são os seguintes:

- Vantagem competitiva. A Companhia considera a posição estratégica e atratividade para os clientes de uma empresa. Isto inclui fatores como sua estratégia geral, a singularidade e qualidade dos seus produtos ou serviços, a sua quota de mercado e quaisquer barreiras à entrada que existam nessa indústria. Além disso, a vantagem tecnológica da empresa ou vulnerabilidade à substituição tecnológica também é considerada.
- Escala, alcance e diversificação. É analisada a concentração ou diversificação das atividades comerciais de uma empresa. Isso inclui fatores como diversificação de produtos e diversificação geográfica, que é conjugado com fatores quantitativos como a dimensão do mercado em que opera e as suas receitas.
- Eficiência operacional. A Companhia avalia a qualidade e flexibilidade da base de ativos de uma empresa e sua capacidade de gerir a sua base de custos. Isto inclui fatores como estrutura de custos, processos de fabricação e gestão de capital de trabalho.
- Rentabilidade. São conjugadas várias métricas quantitativas como projeções ou a volatilidade da rentabilidade ao longo do tempo.

Desta avaliação resulta uma avaliação concreta, um rating interno preliminar, o qual poderá ainda ser ajustado em ambos os sentidos com outros fatores qualitativos, tais como a constituição da equipa de gestão e a sua governança ou a influência de um acionista maioritário, de um grupo ou do Estado.

Em emissões que são repack, e na medida em que temos visibilidade dos ativos subjacentes, usamos o rating médio das emissões consideradas no veículo. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

Na Nota 34 é apresentada uma análise de sensibilidade ao cálculo das Perdas de Crédito Esperadas, com o respetivo impacto caso não se considerasse o rating interno, ou seja, caso se considerasse estas obrigações como "sem rating".

#### **Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros**

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.12. O cálculo da provisão para sinistros reflete uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas. Na Nota 40 é divulgada informação adicional sobre pressupostos na avaliação dos riscos e análises de sensibilidade.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

#### **Determinação de impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pela legislação fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Na Nota 15 é divulgado detalhe adicional sobre ativos e passivos por impostos.

## **2.16. Eventos subsequentes**

Eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre as condições existentes à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições existentes após a data do balanço, são divulgados nas notas às contas, se forem considerados materiais.

## 2.17. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

### 2.17.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2022 a Companhia adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. As alterações com relevância para a Companhia foram as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais: Referências à Estrutura Conceptual (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Melhorias anuais das normas IFRS ciclo 2018-2020)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis: Valores recebidos antes do uso pretendido (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Contratos onerosos - custos de cumprir com um contrato (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022

### 2.17.2. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 - Contratos de Seguros	18-05-2017	2021/2036	01-01-2023
IFRS 17 - Contratos de Seguros (Emenda)	25-06-2020	2021/2036	01-01-2023
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contabilísticas (Emenda)	12-02-2021	2022/357	01-01-2023
IAS 8 - Políticas contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de estimativas contabilísticas (Emenda)	12-02-2021	2022/357	01-01-2023
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento: Impostos Diferidos relacionados com os Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação (Emenda)	07-05-2021	2022/1392	01-01-2023
IFRS 17 - Contratos de Seguros: Apresentação Inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa (Emenda)	09-12-2021	2022/1491	01-01-2023



## Norma Internacional de Relato Financeiro 17

A Companhia apresenta as principais políticas contábilísticas a aplicar nas demonstrações financeiras da mesma a partir da entrada em vigor da IFRS 17. Esta norma trata da classificação, do reconhecimento, da mensuração, da apresentação e da divulgação das responsabilidades com contratos de seguro e resseguro, vindo substituir a IFRS 4. A IFRS 17 resulta em alterações significativas ao nível da apresentação das demonstrações financeiras das empresas de seguros, com impactos relevantes nos dados, nos sistemas e nos processos utilizados para a preparação do reporte financeiro. Entra em vigor a 1 de janeiro de 2023, com data de transição a 1 de janeiro de 2022.

À presente data, não é possível determinar com razoabilidade o impacto esperado da aplicação da IFRS 17 nas demonstrações financeiras da Companhia.

### a) Modelos de mensuração

A norma permite a utilização de três métodos de mensuração diferentes (GMM – Modelo geral de mensuração; PAA – Abordagem de imputação dos prémios e VFA – Abordagem da comissão variável), dependendo das características do contrato de seguro. A análise da elegibilidade dos contratos de seguro para cada modelo de mensuração foi realizada à data de transição.

Por tipologia de produtos, o modelo adotado para a mensuração de contratos de seguro e resseguro da Companhia são:

Segmento	Tipo de produto	Abordagem
Ramo Não-Vida	Resseguro	Bottom-up
	Seguro Direto	

A curva de desconto através da abordagem bottom-up na Companhia obtém-se da soma entre uma curva de desconto sem risco e uma curva que quantifique o prémio de iliquidez. A IFRS 17 não indica quaisquer restrições acerca da curva sem risco a utilizar, tendo a Companhia optado por utilizar as metodologias de apuramento da curva de desconto sem risco da EIOPA, assegurando deste modo uma convergência com os critérios de Solvência. Relativamente ao cálculo do prémio de iliquidez, este é obtido sempre que exista informação de mercado com base em obrigações hipotecárias, e aplicando um ajuste de iliquidez com base no nível de iliquidez expectável dos contratos de seguro, que se considera atualmente de 50%.

### c) Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro

O ajustamento pelo risco para o risco não financeiro deve refletir o risco não financeiro resultante dos contratos de seguro, nomeadamente a incerteza acerca da quantia e da tempestividade dos fluxos de caixa.

O ajustamento pelo risco para o risco não financeiro dos ramos Não-Vida consiste na aplicação do value at risk (VaR).

As alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro são apresentadas, na sua totalidade, nos resultados dos serviços de seguro.

### d) Margem de serviços contratuais

A margem de serviços contratuais (Contract Service Margin (CSM)) representa o lucro futuro esperado dos grupos de contratos de seguro, que será reconhecido como rendimento durante o período de cobertura dos contratos, de acordo com um padrão de transferência consistente com o nível de serviço prestado em cada período de reporte.

No caso dos grupos de contratos de seguro mensurados pelo PAA, o rendimento do período corresponde ao montante das receitas de prémios esperados imputadas ao período, com base na passagem do tempo.

### e) Abordagens de transição

A IFRS 17 permite a utilização de três abordagens de transição diferentes – método retrospectivo total (FRA – Full Retrospective Approach), método retrospectivo modificado (MRA – Modified Retrospective Approach) e método do justo valor (FVA – Fair Value Approach), dependendo da disponibilidade e recuperação de informação histórica.

A Companhia optou por aplicar o método retrospectivo nas situações em que é possível recuperar toda a informação histórica, nomeadamente os produtos mensurados por PAA. A transição foi calculada com referência a 31 de dezembro de 2021.

### f) Seleção da política contabilística para rendimentos e gastos financeiros de seguros

A Companhia optou por desagregar os rendimentos e gastos financeiros de seguro do período entre a Demonstração de Resultados e Outro Rendimento Integral, incluindo em Outro Rendimento Integral as diferenças dos fluxos de caixa atualizados com as curvas de desconto correntes à data de referência e as curvas de desconto determinadas à data do reconhecimento inicial de cada grupo de contratos.

#### 2.17.3. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes (Emenda)	23-01-2020	01-01-2024
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes - Diferimento da data de efetivação (Emenda)	15-07-2020	01-01-2024
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: Passivos Não-correntes com Covenants (Emenda)	31-10-2022	01-01-2024
IFRS 16 - Locações: Passivo de Locação numa operação de venda com acordo de recompra (Emenda)	31-10-2022	01-01-2024

Estas normas não foram ainda adotadas (endorsed) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não sendo possível a esta data apurar o impacto da sua adoção nas demonstrações financeiras.

### 3. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Caixa</b>		
Sede	308	500
	<b>308</b>	<b>500</b>
<b>Depósitos à ordem</b>		
Em moeda nacional	29.930.829	31.824.240
Em moeda estrangeira	38.359	42.421
	<b>29.969.188</b>	<b>31.866.661</b>
	<b>29.969.496</b>	<b>31.867.161</b>

## 4. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

Setor de atividade/Entidade	País	2022		2021	
		% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
<b>Filial</b>					
<b>Saúde</b>					
Multi Health, S.A.	Portugal	100,00%	50.000	0,00%	-
<b>Associada</b>					
<b>Segurador</b>					
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	Angola	0,26%	89.662	0,26%	89.662
			<b>139.662</b>		<b>89.662</b>

### Durante o exercício de 2022 ocorreram as seguintes alterações:

Em 7 de abril de 2022, foi constituída a sociedade Multi Health, S.A., com um capital social de 50.000 Euros, detida a 100% pela Companhia.

## 5. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Instrumentos de dívida</b>		
De outros emissores		
De emissores estrangeiros	-	687.484
	-	<b>687.484</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
De residentes	159.944	161.531
De não residentes	373.277	873.351
	<b>533.221</b>	<b>1.034.882</b>
<b>Outros instrumentos financeiros</b>		
Unidades de participação		
De residentes	10.417.171	3.023.195
De não residentes	10.399.655	6.988.904
	<b>20.816.826</b>	<b>10.012.099</b>
<b>Instrumentos derivados com justo valor positivo</b>		
Forwards cambiais	46.167	1.513
	<b>46.167</b>	<b>1.513</b>
	<b>21.396.214</b>	<b>11.735.978</b>

Em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 687.484 Euros. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emittentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia reconheceu ganhos e perdas líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 13.408 Euros e 43.498 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total de ativos elegíveis para aplicação da abordagem de sobreposição de apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Instrumentos de capital</b>		
De residentes	159.944	161.531
De não residentes	373.277	873.351
	<b>533.221</b>	<b>1.034.882</b>
<b>Outros instrumentos financeiros</b>		
Unidades de participação		
De residentes	10.326.025	2.943.898
De não residentes	10.399.655	6.988.904
	<b>20.725.680</b>	<b>9.932.802</b>
	<b>21.258.901</b>	<b>10.967.684</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total de ajustamento relativo à abordagem da sobreposição apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Instrumentos de capital</b>		
De residentes	( 11.424 )	( 13.011 )
De não residentes	-	( 4.132 )
	<b>( 11.424 )</b>	<b>( 17.143 )</b>
<b>Outros instrumentos financeiros</b>		
Unidades de participação		
De residentes	( 369.479 )	( 38.605 )
De não residentes	600.345	11.096
	<b>230.866</b>	<b>( 27.509 )</b>
	<b>219.442</b>	<b>( 44.652 )</b>

## 6. DERIVADOS

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

A Companhia controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.d). Nesta data, o montante nocional e o valor contabilístico dos Derivados classificados como Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas apresentavam a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	Montante Nocional		Valor Contabilístico	
	2022	2021	Ativo	
			2022 (Nota 5)	2021 (Nota 5)
<b>Cobertura de justo valor</b>				
Forwards cambiais	5.096.135	515.864	46.167	1.513
	<b>5.096.135</b>	<b>515.864</b>	<b>46.167</b>	<b>1.513</b>

Para mitigar o risco de variabilidade dos instrumentos financeiros foram contratados forwards EUR/USD negociados em mercado de balcão.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022		2021	
	Até 3 meses	Total	De 3 meses a 6 meses	Total
<b>Cobertura de justo valor</b>				
Forwards cambiais	5.096.135	5.096.135	515.864	515.864
	<b>5.096.135</b>	<b>5.096.135</b>	<b>515.864</b>	<b>515.864</b>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022		2021	
	Montante Nocional	Valor Contabilístico	Montante Nocional	Valor Contabilístico
<b>Forwards cambiais</b>				
Instituições Financeiras				
Outras instituições	5.096.135	46.167	515.864	1.513
	<b>5.096.135</b>	<b>46.167</b>	<b>515.864</b>	<b>1.513</b>

## 7. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022						
	Valor nominal	Custo amortizado	Perda de crédito esperada (Nota 34)	Valorização cambial	Reserva de justo valor (Nota 23)	Juros a receber	Valor de balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>							
De dívida pública							
De emissores nacionais	2.500.000	2.642.726	-	-	(64.176)	123.448	2.701.998
De emissores estrangeiros	26.850.000	30.175.455	-	-	(2.517.548)	230.872	27.888.779
De outros emissores públicos							
De emissores nacionais	6.220.000	6.254.775	-	-	(458.085)	44.557	5.841.247
De emissores estrangeiros	4.360.000	4.582.635	-	-	(849.701)	35.389	3.768.323
De organismos financeiros internacionais	2.500.000	2.667.368	-	-	(66.918)	23.733	2.624.183
De outros emissores							
De emissores nacionais	1.400.000	1.439.399	-	-	(8.157)	26.518	1.457.760
De emissores estrangeiros	57.523.981	57.585.531	(597.823)	68.651	(4.700.816)	471.280	52.826.823
	<b>101.353.981</b>	<b>105.347.889</b>	<b>(597.823)</b>	<b>68.651</b>	<b>(8.665.401)</b>	<b>955.797</b>	<b>97.109.113</b>

(valores em euros)

	2021						
	Valor nominal	Custo amortizado	Valorização cambial	Reserva de justo valor (Nota 23)	Juros a receber	Valor de balanço	
<b>Instrumentos de dívida</b>							
De dívida pública							
De emissores nacionais	4.500.000	5.332.281	-	92.169	191.182	5.615.632	
De emissores estrangeiros	23.950.000	28.130.591	-	314.031	205.497	28.650.119	
De outros emissores públicos							
De emissores nacionais	9.920.000	10.018.063	-	251.661	48.240	10.317.964	
De emissores estrangeiros	4.360.000	4.617.367	-	(18.972)	35.389	4.633.784	
De outros emissores							
De emissores nacionais	2.350.000	2.402.270	-	24.185	33.834	2.460.289	
De emissores estrangeiros	41.724.000	42.263.124	1.668	315.607	382.248	42.962.647	
	<b>86.804.000</b>	<b>92.763.696</b>	<b>1.668</b>	<b>978.681</b>	<b>896.390</b>	<b>94.640.435</b>	



## 8. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022		
	Custo amortizado	Valor de balanço	Valor de mercado <sup>(1)</sup>
<b>Outros Empréstimos</b>			
Depósitos em empresas cedentes	112.747.731	112.747.731	112.747.731
	<b>112.747.731</b>	<b>112.747.731</b>	<b>112.747.731</b>
<b>Aplicações financeiras em instituições de crédito</b>			
Outros depósitos	260.072	260.072	260.072
	<b>260.072</b>	<b>260.072</b>	<b>260.072</b>
	<b>113.007.803</b>	<b>113.007.803</b>	<b>113.007.803</b>

(valores em euros)

	2021		
	Custo amortizado	Valor de balanço	Valor de mercado <sup>(1)</sup>
<b>Outros Empréstimos</b>			
Depósitos em empresas cedentes	96.446.740	96.446.740	96.446.740
	<b>96.446.740</b>	<b>96.446.740</b>	<b>96.446.740</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao valor de mercado apurado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4.

## 9. TERRENOS E EDIFÍCIOS

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na rubrica de "Terrenos e edifícios de uso próprio" foi o seguinte:

(valores em euros)

	De uso próprio Direito de Uso
Saldos em 31 de dezembro de 2020	
Valor Bruto	2.660.509
Amortizações e imparidade acumuladas	( 1.138.024 )
	<b>1.522.485</b>
Amortizações do exercício (Nota 26)	( 570.932 )
Saldos em 31 de dezembro de 2021	
Valor Bruto	2.660.509
Amortizações e imparidade acumuladas	( 1.708.956 )
	<b>951.554</b>
Adições	3.635
Amortizações do exercício (Nota 26)	( 572.857 )
Saldos em 31 de dezembro de 2022	
Valor Bruto	2.664.144
Amortizações e imparidade acumuladas	( 2.281.812 )
	<b>382.332</b>

## 10. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a afetação dos investimentos e outros ativos pode ser resumida da seguinte forma:

(valores em euros)

	2022		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem (Nota 3)	4.622.448	25.347.048	29.969.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 4)	139.662	-	139.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	21.305.068	91.146	21.396.214
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas (Nota 7)	97.109.113	-	97.109.113
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)	113.007.803	-	113.007.803
Terrenos e edifícios (Nota 9)	-	382.332	382.332
Outros ativos tangíveis (Nota 11)	-	69.711	69.711
	<b>236.184.095</b>	<b>25.890.237</b>	<b>262.074.332</b>

(valores em euros)

	2021		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem (Nota 3)	9.832.261	22.034.900	31.867.161
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 4)	89.662	-	89.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	11.656.681	79.297	11.735.978
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas (Nota 7)	94.640.435	-	94.640.435
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)	96.446.740	-	96.446.740
Terrenos e edifícios (Nota 9)	-	951.554	951.554
Outros ativos tangíveis (Nota 11)	-	73.476	73.476
	<b>212.665.778</b>	<b>23.139.226</b>	<b>235.805.004</b>

## 11. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento na rubrica de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	2022								
	Saldos iniciais				Alienações e abates líquidos		Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Amortizações do exercício (Nota 26)	Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento									
Equipamento administrativo	187.416	(187.416)	3.852	(3.852)	-	-	191.267	(191.267)	-
Máquinas e ferramentas	25.981	(25.736)	1.597	(1.780)	-	-	27.578	(27.516)	62
Equipamento informático	365.200	(361.923)	3.811	(4.554)	(15.980)	15.980	353.032	(350.497)	2.535
Instalações interiores	237.601	(237.601)	-	-	-	-	237.601	(237.601)	-
Material de transporte	4.961	(4.961)	-	-	-	-	4.961	(4.961)	-
	<b>821.159</b>	<b>(817.636)</b>	<b>9.260</b>	<b>(10.186)</b>	<b>(15.980)</b>	<b>15.980</b>	<b>814.440</b>	<b>(811.842)</b>	<b>2.597</b>
<b>Ativos em Locação</b>									
Equipamento									
Material de transporte	189.841	(119.889)	32.059	(34.897)	-	-	221.900	(154.787)	67.113
	<b>189.841</b>	<b>(119.889)</b>	<b>32.059</b>	<b>(34.897)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>221.900</b>	<b>(154.787)</b>	<b>67.113</b>
	<b>1.011.001</b>	<b>(937.525)</b>	<b>41.319</b>	<b>(45.083)</b>	<b>(15.980)</b>	<b>15.980</b>	<b>1.036.340</b>	<b>(966.629)</b>	<b>69.711</b>

(valores em euros)

	2021									
	Saldos iniciais		Adições	Amortizações do exercício (Nota 26)	Alienações e abates líquidos			Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada			Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Outros movimentos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento										
administrativo	251.382	(251.382)	14.825	(14.825)	(78.791)	78.791	-	187.416	(187.416)	-
Máquinas										
e ferramentas	25.431	(25.002)	1.494	(1.677)	(944)	944	-	25.981	(25.736)	245
Equipamento										
informático	744.019	(732.972)	152.276	(160.046)	(531.095)	531.095	-	365.200	(361.923)	3.278
Instalações interiores	237.601	(237.601)	-	-	-	-	-	237.601	(237.601)	-
Material de transporte	4.961	(4.961)	-	-	-	-	-	4.961	(4.961)	-
	<b>1.263.393</b>	<b>(1.251.917)</b>	<b>168.596</b>	<b>(176.548)</b>	<b>(610.830)</b>	<b>610.830</b>	<b>-</b>	<b>821.159</b>	<b>(817.636)</b>	<b>3.523</b>
<b>Ativos em Locação</b>										
Equipamento										
Equipamento										
informático	182.658	(182.658)	-	-	(182.658)	182.658	-	-	-	-
Material de transporte	212.264	(115.728)	28.784	(55.511)	(51.206)	51.206	144	189.841	(119.889)	69.953
	<b>394.922</b>	<b>(298.386)</b>	<b>28.784</b>	<b>(55.511)</b>	<b>(233.864)</b>	<b>233.864</b>	<b>144</b>	<b>189.841</b>	<b>(119.889)</b>	<b>69.953</b>
	<b>1.658.315</b>	<b>(1.550.303)</b>	<b>197.379</b>	<b>(232.060)</b>	<b>(844.694)</b>	<b>844.694</b>	<b>144</b>	<b>1.011.001</b>	<b>(937.525)</b>	<b>73.476</b>

## 12. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento na rubrica outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	2022						
	Saldos iniciais		Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 26)	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas			Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	2.400.708	(1.241.396)	-	(196.796)	2.400.708	(1.438.192)	962.516
Ativos intangíveis em curso	24.184	-	22.650	-	46.834	-	46.834
	<b>2.424.892</b>	<b>(1.241.396)</b>	<b>22.650</b>	<b>(196.796)</b>	<b>2.447.542</b>	<b>(1.438.192)</b>	<b>1.009.351</b>

(valores em euros)

	2021									
	Saldos iniciais			Transferências de ativos intangíveis em curso	Amortizações do exercício (Nota 26)	Alienações e abates líquidos		Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Aquisições			Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	1.895.867	(1.867.522)	-	1.174.006	(43.040)	(669.166)	669.166	2.400.708	(1.241.396)	1.159.312
Ativos intangíveis em curso	91.025	-	1.107.166	(1.174.006)	-	-	-	24.184	-	24.184
	<b>1.986.892</b>	<b>(1.867.522)</b>	<b>1.107.166</b>	<b>-</b>	<b>(43.040)</b>	<b>(669.166)</b>	<b>669.166</b>	<b>2.424.892</b>	<b>(1.241.396)</b>	<b>1.183.496</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Ativos intangíveis em curso" refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (software). As principais aplicações reconhecidas são o Programa Vitality - Ramo Saúde e a nova plataforma para prestações de serviços.

## 13. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
Provisão para prémios não adquiridos	462.970	418.005
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	704.855	758.950
Provisão para participação nos resultados	-	138.428
	<b>1.167.825</b>	<b>1.315.382</b>

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo 31/12/2022
<b>Seguros não vida</b>					
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>					
Doença	385.201	32.804	418.005	44.965	462.970
	<b>385.201</b>	<b>32.804</b>	<b>418.005</b>	<b>44.965</b>	<b>462.970</b>

O movimento ocorrido na provisão para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Saldo 31/12/2022
<b>Seguros não vida</b>							
Doença	329.666	3.145.657	( 2.716.373 )	758.950	3.343.058	( 3.397.153 )	704.855
	<b>329.666</b>	<b>3.145.657</b>	<b>( 2.716.373 )</b>	<b>758.950</b>	<b>3.343.058</b>	<b>( 3.397.153 )</b>	<b>704.855</b>

## 14. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Contas a receber por operações de seguro direto</b>		
Co-seguradores	30.463	2.498
Tomadores de seguro	16.665	21.469
Reembolsos de sinistros	6.405	6.678
Mediadores	5.996	865
	<b>59.530</b>	<b>31.509</b>
<b>Contas a receber por outras operações de resseguro</b>		
Contas correntes de ressegurados - Empresas do grupo	15.771.044	14.837.294
Contas correntes de resseguradores - Empresas do grupo	67.269	-
Outros	5.519	185.756
	<b>15.843.832</b>	<b>15.023.050</b>
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Empresas do grupo		
Imposto agregado	569.502	-
Outras operações	60.424	13.094
Clientes - contas correntes	327.036	205.835
Contas de regularização interna	55.233	5.553
Outros	69.329	56.781
	<b>1.081.525</b>	<b>281.263</b>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 34)	-	(46.026)
	<b>1.081.525</b>	<b>235.237</b>
	<b>16.984.887</b>	<b>15.289.796</b>

A rubrica "Contas correntes de ressegurados - Empresas do grupo" reflete os saldos a receber da Fidelidade, Via Directa, Garantia, Fidelidade Angola e Seguradora Internacional Moçambique no âmbito dos tratados de resseguro aceite celebrados entre a Companhia e estas entidades.

O saldo da rubrica "Imposto agregado" corresponde ao valor de imposto a receber da Longrun resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

## 15. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	6.303	-
	<b>6.303</b>	<b>-</b>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto do selo	( 677 )	( 934 )
Imposto sobre o valor acrescentado	-	( 2.861 )
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	( 5.119 )	( 5.355 )
Instituto nacional de emergência médica	( 486 )	( 491 )
Segurança social	( 162.457 )	( 136.140 )
Retenções	( 108.228 )	( 92.043 )
Outros	( 1.870 )	( 1.727 )
	<b>( 278.837 )</b>	<b>( 239.550 )</b>
<b>Ativos por impostos diferidos</b>	<b>3.035.330</b>	<b>226.286</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<b>( 112.364 )</b>	<b>( 369.710 )</b>
	<b>2.922.967</b>	<b>( 143.423 )</b>
	<b>2.650.433</b>	<b>( 382.974 )</b>



Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento do ano, registados em conta de balanço como valores a receber ou a pagar à Longrun conforme evidenciado nas Notas 14 e 19, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022	2021
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	( 8.305.794 )	( 10.021.383 )
Retenções na fonte	5.181	3.107
Pagamentos por conta	5.815.756	5.133.174
Imposto sobre o rendimento de anos anteriores	3.054.359	2.317.826
	<b>569.502</b>	<b>( 2.567.276 )</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante apurado da estimativa de IRC.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Imposto sobre o rendimento referente a exercícios anteriores" corresponde à estimativa do benefício fiscal do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) referente ao exercício de 2021 (1.218.876 Euros) e de 2020 (1.835.483 Euros).

Com efeito, no exercício de 2021, a Companhia suportou despesas relacionadas com projetos de Investigação e Desenvolvimento ("I&D"), no montante de 2.948.396 Euros, tendo, em maio de 2022, efetuado uma candidatura ao SIFIDE II no montante global de 1.218.876 Euros.

Em 31 de dezembro de 2022, a candidatura apresentada referente ao exercício de 2021 ainda se encontra em avaliação pela Agência Nacional de Inovação, S.A. (ANI), tendo a Companhia contabilizado em 2022 o montante de 1.218.876 Euros, correspondente a 100% do crédito fiscal solicitado.

O movimento ocorrido na rubrica de impostos diferidos durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2022			Saldos finais
	Saldos iniciais	Variação em		
		Reservas	Resultados	
<b>Ativo</b>				
Valorização de ativos financeiros valorizados				
ao justo valor através de reservas	89.438	2.467.402	-	2.556.840
Valorização de ativos financeiros valorizados				
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	798	798
Perdas de crédito esperadas	-	65.021	( 65.021 )	-
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	80.379	-	311.516	391.895
Benefícios com trabalhadores	56.470	-	29.327	85.798
	<b>226.286</b>	<b>2.532.423</b>	<b>276.621</b>	<b>3.035.330</b>
<b>Passivo</b>				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	( 369.710 )	257.346	-	( 112.364 )
	<b>( 369.710 )</b>	<b>257.346</b>	<b>-</b>	<b>( 112.364 )</b>
	<b>( 143.423 )</b>	<b>2.789.769</b>	<b>276.621</b>	<b>2.922.967</b>

(valores em euros)

	2021			Saldos finais
	Saldos iniciais	Variação em		
		Reservas	Resultados	
<b>Ativo</b>				
Valorização de ativos financeiros valorizados				
ao justo valor através de reservas	32.506	56.932	-	89.438
Valorização de ativos financeiros valorizados				
ao justo valor através de ganhos e perdas	16.152	-	( 16.152 )	-
Perdas de crédito esperadas	-	( 19.792 )	19.792	-
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	39.236	-	41.143	80.379
Benefícios com trabalhadores	59.113	-	( 2.643 )	56.470
Prejuízos fiscais	2.488	-	( 2.488 )	-
Outras diferenças temporárias	6.911	-	( 6.911 )	-
	<b>156.406</b>	<b>37.140</b>	<b>32.740</b>	<b>226.286</b>
<b>Passivo</b>				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	( 555.628 )	185.918	-	( 369.710 )
	<b>( 555.628 )</b>	<b>185.918</b>	<b>-</b>	<b>( 369.710 )</b>
	<b>( 399.222 )</b>	<b>223.059</b>	<b>32.740</b>	<b>( 143.423 )</b>

No exercício de 2022 os impostos diferidos encontram-se mensurados à taxa de 27,5%, exceto, quando aplicável, na componente dos prejuízos fiscais, os quais são mensurados à taxa de 21%.

## 16. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Gastos diferidos</b>		
Licenças de software	92.766	137.319
Quotizações APS	4.260	6.540
Seguros	3.544	2.843
Outros	4.859	16.519
	<b>105.427</b>	<b>163.220</b>

## 17. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
Provisão para prémios não adquiridos	30.692.515	27.130.216
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	83.848.192	69.833.697
Sinistros não declarados (IBNR)	4.938.001	6.114.073
	<b>88.786.193</b>	<b>75.947.770</b>
	<b>119.478.708</b>	<b>103.077.985</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para prêmios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Líquido
<b>Seguros não vida</b>						
Doença	34.993.743	( 4.301.228 )	30.692.515	30.972.560	( 3.842.344 )	27.130.216
	<b>34.993.743</b>	<b>( 4.301.228 )</b>	<b>30.692.515</b>	<b>30.972.560</b>	<b>( 3.842.344 )</b>	<b>27.130.216</b>

O movimento ocorrido nas provisões para prêmios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo 31/12/2022
	<b>Seguros não vida</b>				
<b>Provisão para prêmios não adquiridos</b>					
Doença	33.596.129	( 2.623.569 )	30.972.560	4.021.183	34.993.743
	<b>33.596.129</b>	<b>( 2.623.569 )</b>	<b>30.972.560</b>	<b>4.021.183</b>	<b>34.993.743</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>					
Doença	( 4.436.788 )	594.444	( 3.842.344 )	( 458.884 )	( 4.301.228 )
	<b>( 4.436.788 )</b>	<b>594.444</b>	<b>( 3.842.344 )</b>	<b>( 458.884 )</b>	<b>( 4.301.228 )</b>
	<b>29.159.341</b>	<b>( 2.029.125 )</b>	<b>27.130.216</b>	<b>3.562.299</b>	<b>30.692.515</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
<b>Seguros não vida</b>						
<b>Outros seguros</b>						
Doença	83.848.192	4.938.001	88.786.193	69.833.697	6.114.073	75.947.770
	<b>83.848.192</b>	<b>4.938.001</b>	<b>88.786.193</b>	<b>69.833.697</b>	<b>6.114.073</b>	<b>75.947.770</b>

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Saldo 31/12/2022
<b>Seguros não vida</b>							
Doença	53.841.879	311.837.705	(289.731.814)	75.947.770	337.892.247	(325.053.824)	88.786.193
	<b>53.841.879</b>	<b>311.837.705</b>	<b>(289.731.814)</b>	<b>75.947.770</b>	<b>337.892.247</b>	<b>(325.053.824)</b>	<b>88.786.193</b>

As responsabilidades originadas no exercício e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pela Companhia.

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo 31/12/2020	Dotações no exercício	Saldo 31/12/2021	Dotações no exercício	Saldo 31/12/2022
<b>Seguros não vida</b>					
Doença	8.613.921	(8.613.921)	-	-	-
	<b>8.613.921</b>	<b>(8.613.921)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 18. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>		
Locações	394.965	982.831
	<b>394.965</b>	<b>982.831</b>

Os movimentos ocorridos nos passivos de locações durante o exercício de 2022 foram os seguintes:

(valores em euros)

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>982.831</b>
<b>Incremento do Período</b>	<b>40.638</b>
Adições	33.425
Juros	7.213
<b>Decréscimo do Período</b>	<b>628.504</b>
Pagamentos	614.967
Outros	13.537
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>394.965</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o passivo de locações apresenta a seguinte maturidade:

(valores em euros)

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Locações	360.837	18.951	15.177	394.965
	<b>360.837</b>	<b>18.951</b>	<b>15.177</b>	<b>394.965</b>

Os valores registados durante o ano são reconhecidos de acordo com os princípios definidos na IFRS 16 – “Locações” (Nota 2.7).

## 19. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Contas a pagar por operações de seguro direto</b>		
Co-seguradoras	140.743	173.527
Tomadores de seguro	92.223	9.738
Mediadores	4.407	41.717
	<b>237.373</b>	<b>224.982</b>
<b>Contas a pagar por outras operações de resseguro</b>		
Contas correntes de resseguradores	36.229	651.750
Contas correntes de ressegurados	9.459	122.629
	<b>45.688</b>	<b>774.379</b>
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
Transações a liquidar	3.318.524	751.468
Fornecedores conta corrente	605.100	1.415.752
Empresas do grupo		
Imposto agregado	-	2.567.276
Outras operações	-	651.745
Outros	1.327	62.643
	<b>3.924.951</b>	<b>5.448.884</b>
	<b>4.208.011</b>	<b>6.448.245</b>

A rubrica "Transações a liquidar" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

O saldo da rubrica "Imposto agregado" corresponde ao valor de imposto a pagar à Longrun resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

## 20. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Faturas em conferência	1.444.595	880.445
Férias e subsídio de férias a pagar	1.403.787	1.314.081
Prémios de desempenho da empresa	672.596	729.223
Comissões a pagar	287.022	188.918
Benefícios optativos de carreira	265.527	205.346
Seguros	184.114	279.228
Outros custos com pessoal	120.787	932
Auditoria	98.237	45.596
Outros	293.156	215.950
	<b>4.769.822</b>	<b>3.859.718</b>

As faturas em conferência dizem respeito a faturas já rececionadas pela Companhia e que se encontram em processo de aprovação ou esclarecimento junto dos fornecedores.



## 21. OUTRAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos na rubrica de "Outras Provisões", durante os exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

(valores em euros)

	2022		
	Saldos iniciais	Reforços	Saldos finais
<b>Outras provisões</b>			
Provisão para contingências judiciais	1.530	-	1.530
Outras	170.970	24.215	195.185
	<b>172.500</b>	<b>24.215</b>	<b>196.715</b>

(valores em euros)

	2021		
	Saldos iniciais	Reforços	Saldos finais
<b>Outras provisões</b>			
Provisão para contingências judiciais	1.530	-	1.530
Outras	142.677	28.292	170.970
	<b>144.207</b>	<b>28.292</b>	<b>172.500</b>

Em 2022 e 2021, as constituições da rubrica "Outras Provisões" encontram-se registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

## 22. CAPITAL

---

O capital social no valor de 27.000.000 Euros é constituído por 5,4 milhões de ações com o valor nominal unitário de 5 Euros e encontra-se integralmente realizado.

Em setembro de 2020, a Fidelidade passou a deter 100% do capital da Multicare, antes detido em 80% pela Longrun e 20% pela CGD.

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

---

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	23.419.493	28.476.573
Número de ações (no final do exercício)	5.400.000	5.400.000
Resultado por ação (em Euros)	4,34	5,27

---

## 23. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valias brutas (Nota 7)	( 8.665.401 )	978.681
	<b>( 8.665.401 )</b>	<b>978.681</b>
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valias brutas (Nota 34)	120.267	356.707
	<b>120.267</b>	<b>356.707</b>
	<b>( 8.545.135 )</b>	<b>1.335.388</b>
Reserva por impostos diferidos		
De instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	2.349.912	( 367.232 )
De instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	61.491	( 11.135 )
	<b>2.411.403</b>	<b>( 378.366 )</b>
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição		
Valias brutas (Nota 5)	( 219.442 )	44.652
	<b>( 219.442 )</b>	<b>44.652</b>
Outras reservas		
Reserva legal	10.761.660	7.914.003
Prémios de emissão	13.194.000	13.194.000
Outras reservas	61.226.225	61.226.225
	<b>85.181.885</b>	<b>82.334.228</b>
Resultados transitados	25.637.044	8.127
Resultado do exercício	23.419.493	28.476.573
	<b>127.885.248</b>	<b>111.820.602</b>

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

Os resultados dos exercícios de 2021 e 2020 foram aplicados conforme indicado:

(valores em euros)

	2021	2020
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	2.847.657	1.754.715
Reservas livres	-	15.553.714
Resultados transitados	25.628.916	238.717
	<b>28.476.573</b>	<b>17.547.146</b>

## 24. PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
<b>Prémios brutos emitidos</b>						
<b>Ramo não vida</b>						
Doença	427.068.104	(7.497.759)	419.570.345	387.320.901	(6.885.101)	380.435.800
	<b>427.068.104</b>	<b>(7.497.759)</b>	<b>419.570.345</b>	<b>387.320.901</b>	<b>(6.885.101)</b>	<b>380.435.800</b>
<b>Variação da provisão para prémios não adquiridos</b>						
<b>Ramo não vida</b>						
Doença	(4.021.183)	44.965	(3.976.219)	2.623.569	32.804	2.656.374
	<b>(4.021.183)</b>	<b>44.965</b>	<b>(3.976.219)</b>	<b>2.623.569</b>	<b>32.804</b>	<b>2.656.374</b>
<b>Prémios adquiridos</b>						
<b>Ramo não vida</b>						
Doença	423.046.921	(7.452.794)	415.594.126	389.944.471	(6.852.297)	383.092.174
	<b>423.046.921</b>	<b>(7.452.794)</b>	<b>415.594.126</b>	<b>389.944.471</b>	<b>(6.852.297)</b>	<b>383.092.174</b>

## 25. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total
<b>Ramo não vida</b>						
<b>Seguro direto e resseguro aceite</b>						
Doença	321.712.769	12.491.232	334.204.001	285.564.750	21.925.043	307.489.793
	<b>321.712.769</b>	<b>12.491.232</b>	<b>334.204.001</b>	<b>285.564.750</b>	<b>21.925.043</b>	<b>307.489.793</b>
<b>Resseguro cedido</b>						
Doença	( 3.397.153 )	54.095	( 3.343.058 )	( 2.716.373 )	( 429.283 )	( 3.145.656 )
	<b>( 3.397.153 )</b>	<b>54.095</b>	<b>( 3.343.058 )</b>	<b>( 2.716.373 )</b>	<b>( 429.283 )</b>	<b>( 3.145.656 )</b>
	<b>318.315.616</b>	<b>12.545.327</b>	<b>330.860.943</b>	<b>282.848.377</b>	<b>21.495.760</b>	<b>304.344.136</b>

## 26. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS, POR NATUREZA E FUNÇÃO

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos de exploração incorridos pela Multicare apresentam a seguinte composição por natureza:

(valores em euros)

	2022	2021
Gastos com pessoal (Nota 27)	12.918.647	11.702.395
Fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	7.470.490	6.924.983
Licenças de software	863.311	495.405
Publicidade e propaganda	479.345	103.053
Comunicação	272.535	206.561
Gastos com trabalho independente	167.458	169.247
Conservação e reparação	98.552	83.997
Limpeza, higiene e conforto	61.043	42.184
Deslocações e estadas	41.951	10.918
Combustível	32.236	21.900
Quotizações	10.799	11.993
Impressos	6.583	10.469
Outros	332.533	556.405
	<b>9.836.836</b>	<b>8.637.117</b>
Impostos e taxas	22.012	25.958
Depreciações e amortizações do exercício	814.736	846.031
Comissões	47.876	28.588
Juros suportados	7.881	13.306
	<b>23.647.988</b>	<b>21.253.394</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica de depreciações e amortizações do exercício apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Ativos sem regime de locação	Ativos em locação	Total	Ativos sem regime de locação	Ativos em locação	Total
Terrenos e Edifícios (Nota 10)	-	572.857	572.857	-	569.972	569.972
Depreciações de outros ativos tangíveis (Nota 12)	10.186	34.897	45.083	102.344	53.311	155.655
Depreciações de outros ativos intangíveis (Nota 13)	196.796	-	196.796	52.554	-	52.554
	<b>206.982</b>	<b>607.754</b>	<b>814.736</b>	<b>154.898</b>	<b>623.283</b>	<b>778.180</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, existiram também os seguintes encargos relacionados com as locações:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Depreciações dos ativos de direito de uso	Despesas de Locações de curta duração	Despesas de contratos de baixo valor	Depreciações dos ativos de direito de uso	Despesas de Locações de curta duração	Despesas de contratos de baixo valor
Terrenos e Edifícios	572.857	-	-	569.972	-	-
Material de Transporte	34.897	271	-	53.311	-	-
Outro Equipamento	-	-	341	-	-	325
	<b>607.754</b>	<b>271</b>	<b>341</b>	<b>623.283</b>	-	<b>325</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica de juros suportados apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Locações	Outros encargos	Total	Locações	Outros encargos	Total
Terrenos e edifícios	6.513	-	6.513	12.002	-	12.002
Material de transporte	701	-	701	643	-	643
Empréstimos obtidos	-	667	667	-	661	661
	<b>7.213</b>	<b>667</b>	<b>7.881</b>	<b>12.645</b>	<b>661</b>	<b>13.306</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas da Demonstração de Resultados onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Conta técnica não vida</b>		
<b>Custos de aquisição</b>		
Custos imputados	7.176.950	6.723.914
Comissões de mediação	45.130.839	41.005.142
	<b>52.307.789</b>	<b>47.729.056</b>
<b>Gastos administrativos</b>		
Custos imputados	5.906.698	5.284.372
Remunerações de mediação	66.634	-
	<b>5.973.332</b>	<b>5.284.372</b>
<b>Gastos financeiros (Nota 29)</b>		
Custos imputados	90.617	48.623
Outros	23.248	25.185
	<b>113.865</b>	<b>73.807</b>
<b>Custos com sinistros - Montantes pagos</b>		
Custos imputados	10.473.723	9.196.486
Custos técnicos	311.239.046	276.368.264
	<b>321.712.769</b>	<b>285.564.750</b>
<b>Total dos custos de exploração imputados</b>	<b>23.647.988</b>	<b>21.253.394</b>

## 27. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
Remunerações		
Órgãos sociais	425.327	266.176
Pessoal	9.040.761	8.590.887
Encargos sobre remunerações	2.053.596	1.902.831
Benefícios pós-emprego	186.193	167.667
Outros benefícios a longo prazo	46.463	-
Seguros obrigatórios	129.117	126.556
Gastos de ação social	961.010	633.004
Outros gastos com pessoal	76.178	15.274
	<b>12.918.647</b>	<b>11.702.395</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica “Benefícios pós-emprego” refere-se a encargos com dotações para os fundos de pensões relativas a colaboradores cedidos à Multicare por empresas do Grupo, os quais são imputados à Multicare pelas respetivas empresas.

Em 2022 e 2021, a rubrica “Remunerações – Pessoal” inclui uma constituição de estimativa de benefícios optativos de carreira no montante de 47.707 Euros e 55.752 Euros, respetivamente.

Em 2022 e 2021, o número de trabalhadores ao serviço na Companhia, não incluindo os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, por categorias, é o seguinte:

	2022	2021
Gestores	30	28
Técnicos	189	146
Assistentes	59	101
	<b>278</b>	<b>275</b>



## 28. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Passivo</b>		
Plano de contribuição definida	12.322	12.044
Outros benefícios a longo prazo	46.463	-
	<b>58.785</b>	<b>12.044</b>

Relativamente ao exercício de 2022, no "Plano de contribuição definida" a Multicare teve um custo de 90.974 Euros, ficando pendente de pagamento o montante de 12.322 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2022 que foram pagas em janeiro de 2023.

Os "Outros benefícios a longo prazo" dizem respeito à remuneração variável dos empregados, conforme decidido em Comité de Pessoas e em Comissão Executiva. Esta remuneração é diferida e paga decorridos 3 anos sobre a data da sua atribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o reforço deste plano de incentivo foi de 46.463 Euros, para pagamento em 2026.

### Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgado em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores em efetividade de funções e, bem assim, aqueles cujos contratos de trabalho se encontrem suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho ("IRCT"), têm direito a um plano de reforma ("PIR"), plano de contribuição definida que substitui os sistemas de pensões de reforma previstos nos anteriores IRCT.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições da Companhia para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no ACT 2019, correspondendo ao valor que resulta da aplicação da percentagem de 3,25% sobre o ordenado base anual do empregado.

Adicionalmente, de acordo com o disposto na Cláusula 57<sup>a</sup> do referido IRCT, a primeira contribuição anual da Companhia para o PIR verificar-se-á no mês seguinte àquele em que o contrato de trabalho perfizer um ano de duração e concretizar-se-á logo que o Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões seja alvo da devida aprovação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades e ativos do Plano individual de reforma da Multicare, ascendiam a:

(valores em euros)

<b>Responsabilidade em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>619.355</b>
Gastos de ano	90.974
<b>Responsabilidade em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>710.329</b>
<b>Ativo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>607.311</b>
Contribuições para o fundo	90.696
<b>Ativo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>698.007</b>
<b>Diferencial</b>	<b>( 12.322 )</b>
Nível de financiamento	98,27%

## 29. RENDIMENTOS

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica "Rendimentos" apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022		Total
	Juros	Dividendos	
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	2.832	2.832
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.843	78.349	82.192
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.341.737	-	1.341.737
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.569.910	-	1.569.910
	<b>2.915.490</b>	<b>81.181</b>	<b>2.996.672</b>

(valores em euros)

	2021		Total
	Juros	Dividendos	
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	1.559	1.559
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	4.380	14.788	19.168
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	951.852	-	951.852
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.328.854	-	1.328.854
	<b>2.285.086</b>	<b>16.347</b>	<b>2.301.433</b>

## 30. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica “Gastos financeiros” apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
<b>Gastos de investimentos (Nota 26)</b>						
Custos imputados	90.531	86	90.617	48.595	28	48.622
Outros gastos de investimentos	23.248	-	23.248	25.185	-	25.185
	<b>113.779</b>	<b>86</b>	<b>113.865</b>	<b>73.780</b>	<b>28</b>	<b>73.807</b>

## 31. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022		
	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	130.530	( 131.538 )	( 1.008 )
	<b>130.530</b>	<b>( 131.538 )</b>	<b>( 1.008 )</b>

(valores em euros)

	2021		
	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	56.874	( 1.965 )	54.909
	<b>56.874</b>	<b>( 1.965 )</b>	<b>54.909</b>

## 32. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022		Líquido
	Ganhos	Perdas	
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	404.025	( 1.526.061 )	( 1.122.036 )
	<b>404.025</b>	<b>( 1.526.061 )</b>	<b>( 1.122.036 )</b>
<b>Investimentos não afetos</b>			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	( 6.786 )	( 6.786 )
	<b>-</b>	<b>( 6.786 )</b>	<b>( 6.786 )</b>
<b>Ganhos líquidos ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	404.025	( 1.532.847 )	( 1.128.822 )
<b>Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição</b>	( 338.134 )	602.228	264.094
	<b>65.891</b>	<b>( 930.619 )</b>	<b>( 864.728 )</b>

(valores em euros)

	2021		Líquido
	Ganhos	Perdas	
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	99.489	( 41.745 )	57.744
	<b>99.489</b>	<b>( 41.745 )</b>	<b>57.744</b>
<b>Investimentos não afetos</b>			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.547	( 1.895 )	652
	<b>2.547</b>	<b>( 1.895 )</b>	<b>652</b>
<b>Ganhos líquidos ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	102.036	( 43.640 )	58.396
<b>Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição</b>	( 90.469 )	15.154	( 75.315 )
	<b>11.567</b>	<b>( 28.486 )</b>	<b>( 16.919 )</b>

### 33. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	144.171	1.668
Depósitos à ordem	40.575	( 3.839 )
Outros	-	7
	<b>184.746</b>	<b>( 2.164 )</b>

### 34. PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2022			
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Saldos finais
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Instrumentos de dívida				
Estágios 1 e 2 (Nota 23)	356.707	32.381	( 268.822 )	120.267
Estágio 3 (Nota 7)	-	597.823	-	597.823
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 14)	46.026	-	( 46.026 )	-
	<b>402.733</b>	<b>630.205</b>	<b>( 314.848 )</b>	<b>718.090</b>

(valores em euros)

	2022			
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Saldos finais
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Instrumentos de dívida				
Estágios 1 e 2 (Nota 23)	284.737	247.169	( 175.199 )	356.707
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 14)	-	46.026	-	46.026
	<b>284.737</b>	<b>293.195</b>	<b>( 175.199 )</b>	<b>402.733</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui constituições de "Outras provisões" nos montantes de 24.215 Euros e de 28.292 Euros, respetivamente.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 a decomposição por rating e estágio de perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço foi a seguinte:

(valores em euros)

	2022		
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Incumprimento	Total
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>			
AAA	2.624.183	-	2.624.183
AA- até AA+	1.737.287	-	1.737.287
A- até A+	14.621.608	-	14.621.608
BBB- até BBB+	68.228.161	-	68.228.161
BB- até BB+	8.777.933	-	8.777.933
B- até B+	1.119.941	-	1.119.941
Sem rating	-	597.823	597.823
	<b>97.109.113</b>	<b>597.823</b>	<b>97.706.936</b>

(valores em euros)

	2021		Total
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>			
AA- até AA+	500.424	-	500.424
A- até A+	10.575.825	-	10.575.825
BBB- até BBB+	68.307.161	-	68.307.161
BB- até BB+	13.232.608	-	13.232.608
B- até B+	565.178	601.147	1.166.325
Sem rating	858.092	-	858.092
	<b>94.039.288</b>	<b>601.147</b>	<b>94.640.435</b>

O movimento ocorrido nas perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço durante os exercícios de 2022 e 2021 foi a seguinte:

(valores em euros)

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>94.039.288</b>	<b>601.147</b>	-	<b>94.640.435</b>
Novos ativos originados ou comprados	26.314.976	-	597.600	26.912.576
Ativos desreconhecidos ou vencidos	( 13.531.737 )	-	-	( 13.531.737 )
Juros acumulados capitalizados	( 816.514 )	-	223	( 816.291 )
Alteração do Justo valor	( 9.565.031 )	-	-	( 9.565.031 )
Despesa / (receita) cambial líquida	66.984	-	-	66.984
Movimento entre 12mECL e LTECL	601.147	( 601.147 )	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>97.109.113</b>	-	<b>597.823</b>	<b>97.706.936</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 a decomposição por rating e estágio de perdas de crédito esperadas com base na perda de crédito esperada foi a seguinte:

(valores em euros)

	2022		
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Incumprimento	Total
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>			
AA- até AA+	194	-	194
A- até A+	4.608	-	4.608
BBB- até BBB+	42.626	-	42.626
BB- até BB+	33.095	-	33.095
B- até B+	39.744	-	39.744
Sem rating	-	597.823	597.823
	<b>120.267</b>	<b>597.823</b>	<b>718.090</b>

(valores em euros)

	2021		Total
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>			
AA- até AA+	71	-	71
A- até A+	4.091	-	4.091
BBB- até BBB+	37.917	-	37.917
BB- até BB+	51.637	-	51.637
B- até B+	33.098	29.030	62.128
Sem rating	200.863	-	200.863
	<b>327.677</b>	<b>29.030</b>	<b>356.707</b>

O movimento ocorrido nas perdas de crédito esperadas com base na perda de crédito esperada nos exercícios de 2022 e 2021 foi a seguinte:

(valores em euros)

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>327.677</b>	<b>29.030</b>	<b>-</b>	<b>356.707</b>
Novos ativos originados ou comprados	19.826	-	597.823	617.649
Ativos desreconhecidos ou vencidos	( 216.913 )	-	-	( 216.913 )
Remensuração da perda de crédito esperada	( 39.353 )	-	-	( 39.353 )
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>91.237</b>	<b>29.030</b>	<b>597.823</b>	<b>718.090</b>

A 31 de dezembro de 2022, o montante registado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas", referente a títulos cujo rating de referência utilizado corresponde a um rating interno ascende a 2.707 Euros. A provisão correspondente a estes títulos, caso se considerassem como sem rating, ascenderia a 405.860 Euros.



## 35. OUTROS RENDIMENTOS / GASTOS

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Rendimentos e ganhos não correntes</b>		
Crédito IVA Pro-rata	45.610	-
Correções a exercícios anteriores	38	219
	<b>45.648</b>	<b>219</b>
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>		
Diferenças de câmbio favoráveis	115.492	211.995
Outros	396	2.514
	<b>115.889</b>	<b>214.509</b>
<b>Outros rendimentos não técnicos</b>		
Prestação de serviços	212.730	4.914
Ganhos em outros ativos tangíveis	5.244	5.032
Outros	5.686	4.138
	<b>223.659</b>	<b>14.084</b>
<b>Gastos e perdas não correntes</b>		
Multas e penalidades	-	(63)
Correções a exercícios anteriores	-	(459)
Mecenato	(625)	-
Regularização de saldos	(1.296)	(14)
Quotizações diversas	(3.750)	(5.250)
Donativos	(21.916)	(6.420)
Outros	(1.787)	(507)
	<b>(29.375)</b>	<b>(12.712)</b>
<b>Gastos e perdas financeiras</b>		
Serviços bancários	(23.911)	(69.327)
Juros suportados	(44.347)	(8.258)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(84.333)	(198.304)
Outros	-	(396)
	<b>(152.590)</b>	<b>(276.285)</b>
<b>Perdas em outros ativos</b>		
Perdas em outros ativos tangíveis	-	(147)
	-	<b>(147)</b>
	<b>203.231</b>	<b>(60.332)</b>

A 31 de Dezembro 2022 e 2021, o montante de Prestações de Serviços diz respeito a Prestações de Serviços a clientes no âmbito de Serviços de voz e Serviço Meo Care.

## 36. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(valores em euros)

	2022	2021
Impostos correntes		
Do exercício	6.474.721	7.728.451
Derrama municipal e estadual	1.809.080	2.269.226
Tributação autónoma	21.993	23.706
	<b>8.305.794</b>	<b>10.021.383</b>
Outros		
Excesso / insuficiência estimativa de IRC	1.216	( 282.059 )
SIFIDE II	( 1.579.051 )	( 1.547.486 )
Imposto suportado no estrangeiro	2.549	156
	<b>6.730.508</b>	<b>8.191.993</b>
Impostos diferidos	( 276.621 )	( 32.740 )
<b>Total de impostos em resultados</b>	<b>6.453.888</b>	<b>8.159.253</b>
Lucro antes de impostos	29.873.381	36.635.826
Carga fiscal	21,60%	22,27%

A rubrica de "Outros" corresponde, entre outros, (i) ao SIFIDE II no montante de 1.579.051 Euros, ainda por reembolsar, sendo o montante de 360.175 Euros referente ao crédito fiscal de 2020 e o montante de 1.218.876 Euros relativo ao crédito fiscal de 2021 e (ii) ao excesso/insuficiência de estimativa de IRC de exercícios anteriores no montante de 1.216 Euros, o qual já foi totalmente pago.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser demonstrada como se segue:

(valores em euros)

	2022		2021	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		29.873.381		36.635.826
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	6.273.410	21,00%	7.693.523
<b>Diferenças definitivas a deduzir</b>				
Dividendos de instrumentos de capital	(0,03%)	( 8.258 )	(0,01%)	( 2.607 )
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-	(0,70%)	( 257.435 )
<b>Diferenças definitivas a acrescentar</b>				
Mais e menos valias fiscais	0,00%	535	-	-
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	0,01%	2.754	0,00%	1.391
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00%	1.216	-	-
Outras	0,05%	14.232	0,05%	16.843
<b>Benefícios fiscais</b>				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,06%)	( 16.854 )	(0,08%)	( 28.647 )
SIFIDE II	(5,29%)	( 1.579.051 )	(4,22%)	( 1.547.486 )
Outros	(0,01%)	( 2.336 )	(0,00%)	( 1.090 )
<b>Imposto suportado no estrangeiro</b>	0,01%	2.549	0,00%	156
<b>Tributação autónoma</b>	0,07%	21.993	0,06%	23.706
<b>Derrama Municipal</b>	1,50%	447.392	1,50%	550.111
<b>Derrama Estadual</b>	4,34%	1.296.306	4,67%	1.710.788
	<b>21,60%</b>	<b>6.453.888</b>	<b>22,27%</b>	<b>8.159.253</b>

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto nos exercícios em que seja apurado prejuízo fiscal), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

## 37. RELATO POR SEGMENTOS

A Companhia apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais para efeitos de imputação de recursos ao segmento e avaliação de desempenho.

Um segmento operacional é uma componente identificável que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico, dos quais pode obter receitas e incorrer em despesas e, que estejam sujeitos a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

A totalidade da atividade da companhia foi realizada em Portugal e é enquadrável no ramo doença.

O ramo doença cobre os riscos relacionados com a prestação de cuidados de saúde nas modalidades prestações convencionadas, prestações indemnizatórias e combinações dos dois tipos de prestações e, pode ser segmentado em:

- “Seguro individual”, que pode cobrir uma única pessoa, um agregado familiar ou um conjunto de pessoas que vivam em economia comum;
- “Seguro grupo”, que cobre riscos de um conjunto de pessoas ligadas ao tomador do seguro por um vínculo que não seja o de segurar.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2022 e 2021 é a seguinte:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Seguro Individual	Seguro Grupo	Total	Seguro Individual	Seguro Grupo	Total
<b>Ganhos e Perdas</b>						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	152.240.393	263.353.733	415.594.126	139.978.036	243.114.138	383.092.174
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(106.585.315)	(224.275.628)	(330.860.943)	(96.874.150)	(207.469.986)	(304.344.136)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	-	-	8.613.921	8.613.921
Custos e gastos de exploração líquidos	(23.021.291)	(33.903.988)	(56.925.278)	(21.744.776)	(31.038.188)	(52.782.964)
Rendimentos	936.813	2.059.859	2.996.672	712.289	1.589.144	2.301.433
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(314.564)	(744.385)	(1.058.949)	9.583	27.751	37.334
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(353.811)	14.239	(339.572)	(98.531)	(47.757)	(146.288)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	264.094	-	264.094	(75.315)	-	(75.315)
Outros rendimentos/gastos	70.556	132.675	203.231	(21.563)	(38.769)	(60.332)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(2.240.609)	(4.213.279)	(6.453.888)	(2.916.154)	(5.243.099)	(8.159.253)
	<b>20.996.268</b>	<b>2.423.225</b>	<b>23.419.493</b>	<b>18.969.419</b>	<b>9.507.155</b>	<b>28.476.573</b>
<b>Ativos</b>						
Total de ativos	101.473.011	182.911.904	284.384.915	93.483.804	160.500.791	253.984.596
Dos quais:						
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	48.487	91.175	139.662	32.046	57.616	89.662
<b>Passivos</b>						
Total de passivos	45.504.758	83.994.909	129.499.667	41.752.627	73.411.367	115.163.994
<b>Total segmentos</b>			<b>131.465.755</b>			<b>110.344.028</b>
<b>Capital social, reservas e resultados transitados</b>			<b>131.465.755</b>			<b>110.344.028</b>

O total de ativos e passivos têm um desdobramento diferente, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

## 38. ENTIDADES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas da Companhia as empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

2022

(valores em euros)

	Longrun Portugal, SGPS, S.A.	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Filiais da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Grupo Fosun International Holdings Ltd	Total
<b>Demonstração de Resultados</b>						
Prémios brutos emitidos	-	425.048.705	-	1.800.741	-	426.849.445
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(1.186.010)	(606.751)	(1.792.761)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	(4.019.237)	-	(3.234)	-	(4.022.471)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	7.494	7.494
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(323.877.665)	-	(874.107)	453.945	(324.297.827)
Custos e gastos de exploração líquidos	-	(48.360.358)	-	106.919	-	(48.253.440)
Rendimentos	-	1.569.441	27.146	2.819	-	1.599.406
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	-	(158)	(61.966)	167.061	-	104.936
Diferenças de câmbio	-	-	40.575	-	-	40.575
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	2.516	-	-	2.516
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	-	(167.067)	-	(167.067)
Outros rendimentos/gastos	-	15.047	(44.397)	16.406	(0)	(12.944)
	-	<b>50.375.774</b>	<b>(36.126)</b>	<b>(136.474)</b>	<b>(145.312)</b>	<b>50.057.862</b>
<b>Ativos</b>						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	28.082.182	-	258	28.082.440
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	139.662	-	139.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	7.067.055	-	7.067.055
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	860.189	-	-	860.189
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	112.581.728	-	166.003	-	112.747.732
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	382.332	-	-	-	382.332
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	174.365	174.365
Contas a receber por operações de seguro direto	-	28.098	-	30.463	-	58.561
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	13.444.768	-	2.391.730	-	15.836.498
Contas a receber por outras operações	569.502	46.162	-	218.051	-	833.714
Acréscimos e diferimentos	-	3.544	-	-	-	3.544
	<b>569.502</b>	<b>126.486.632</b>	<b>28.942.371</b>	<b>10.012.965</b>	<b>174.623</b>	<b>166.186.093</b>
<b>Passivos</b>						
Provisão para prémios não adquiridos	-	34.927.932	-	39.762	-	34.967.694
Provisão para sinistros	-	85.902.118	-	358.402	-	86.260.520
Passivos financeiros	-	340.865	-	-	-	340.865
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	225.904	-	6.958	-	232.863
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	36.229	36.229
Contas a pagar por outras operações	-	3.260.660	-	17.856	-	3.278.516
Acréscimos e diferimentos	-	19.314	9.000	-	-	28.314
	-	<b>124.676.793</b>	<b>9.000</b>	<b>422.979</b>	<b>36.229</b>	<b>125.145.001</b>

2021

(valores em euros)

	Longrun Portugal, SGPS, S.A.	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Filiais da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Grupo Fosun International Holdings Ltd	Total
<b>Demonstração de Resultados</b>						
Prémios brutos emitidos	-	386.218.230	-	870.158	-	387.088.388
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(874.831)	(532.044)	(1.406.874)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	2.613.683	-	4.000	-	2.617.683
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	5.467	5.467
Custos com sinistros, liquidados de resseguro	-	(299.525.720)	-	(362.359)	417.336	(299.470.742)
Custos e gastos de exploração líquidos	-	(44.536.762)	-	91.743	-	(44.445.019)
Rendimentos	-	1.328.853	27.415	1.561	-	1.357.829
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	-	(9.172)	(52.714)	(4)	-	(61.890)
Diferenças de câmbio	-	-	(3.839)	-	-	(3.839)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	9	-	-	9
Outros rendimentos/gastos	-	21.594	(30.225)	(5.382)	-	(14.013)
	-	<b>46.110.706</b>	<b>(59.354)</b>	<b>(275.113)</b>	<b>(109.240)</b>	<b>45.666.999</b>
<b>Ativos</b>						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	24.766.719	-	41	24.766.760
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	89.662	-	89.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	889.142	-	-	889.142
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	96.345.647	-	101.093	-	96.446.740
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	951.554	-	-	-	951.554
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	138.428	172.401	310.828
Contas a receber por operações de seguro direto	-	28.701	-	2.498	-	31.198
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	12.988.478	-	1.850.161	-	14.838.639
Contas a receber por outras operações	-	-	-	216.882	-	216.882
Acréscimos e diferimentos	-	2.843	-	-	-	2.843
	-	<b>110.317.222</b>	<b>25.655.861</b>	<b>2.398.723</b>	<b>172.441</b>	<b>138.544.247</b>
<b>Passivos</b>						
Provisão para prémios não adquiridos	-	30.908.637	-	36.528	-	30.945.165
Provisão para sinistros	-	73.543.910	-	172.435	-	73.716.345
Passivos financeiros	-	916.429	-	-	-	916.429
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	182.054	-	2.770	-	184.823
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	112.762	25.087	137.849
Contas a pagar por outras operações	2.567.276	2.179.162	-	-	-	4.746.438
Acréscimos e diferimentos	-	15.966	4.000	-	-	19.966
	<b>2.567.276</b>	<b>107.746.157</b>	<b>4.000</b>	<b>324.494</b>	<b>25.087</b>	<b>110.667.014</b>

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

## Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2022 têm a seguinte composição:

(valores em euros)

Conselho de Administração	Remuneração fixa	Remuneração variável	Subs. alimentação	Encargo seg. saúde	Encargo seg. vida
<b>Membros executivos</b>					
<b>Presidente da Comissão Executiva</b>					
Maria João Carçoço Honório Paulino Sales Luís	173.532	50.000	-	-	-
<b>Vogais da Comissão Executiva</b>					
Ana Rita Guia Gomes	102.658	22.000	-	-	-

(valores em euros)

Conselho Fiscal	Remuneração fixa	Remuneração variável	Subs. alimentação	Encargo seg. saúde	Encargo seg. vida
<b>Presidente</b>					
José António da Costa Figueiredo	16.800	-	-	-	-
<b>Vogais</b>					
António José Pereira Cardoso Mota	14.000	-	-	-	-
Pedro Antunes de Almeida	14.000	-	-	-	-

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração.

Os honorários da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2022, ascendem a 84.968 Euros, dos quais 50.720 Euros relativos à Revisão Legal de Contas e 34.248 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

Os outros serviços de garantia de fiabilidade referem-se à certificação do relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da ASF.

## 39. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(valores em euros)

	2022		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	29.969.496	29.969.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	139.662	139.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	21.396.214	-	21.396.214
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	97.109.113	-	97.109.113
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	113.007.803	113.007.803
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	15.903.362	15.903.362
	<b>118.505.327</b>	<b>159.020.323</b>	<b>277.525.650</b>
<b>Passivo</b>			
Outros passivos financeiros	-	394.965	394.965
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	283.061	283.061
	-	<b>678.026</b>	<b>678.026</b>

(valores em euros)

	2021		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	31.867.161	31.867.161
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	89.662	89.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	11.735.978	-	11.735.978
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	94.640.435	-	94.640.435
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	96.446.740	96.446.740
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	15.054.559	15.054.559
	<b>106.376.413</b>	<b>143.458.122</b>	<b>249.834.535</b>
<b>Passivo</b>			
Outros passivos financeiros	-	982.831	982.831
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	999.361	999.361
	-	<b>1.982.192</b>	<b>1.982.192</b>

Os montantes considerados nas rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" correspondem essencialmente aos saldos a receber de e a pagar a segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores, agentes e outras entidades externas.



## GANHOS E PERDAS

Nos exercícios de 2022 e 2021, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022		
	resultados	Por contrapartida de capitais próprios	total
Rendimentos de instrumentos financeiros			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.832	-	2.832
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	82.675	-	82.675
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.341.737	-	1.341.737
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.569.428	-	1.569.428
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	( 1.008 )	( 9.644.082 )	( 9.645.090 )
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	( 1.128.822 )	-	( 1.128.822 )
Diferenças de câmbio	184.746	-	184.746
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	( 361.383 )	-	( 361.383 )
de outros	21.811	-	21.811
	<b>1.712.016</b>	<b>( 9.644.082 )</b>	<b>( 7.932.067 )</b>

(valores em euros)

	2021		
	Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total
Rendimentos de instrumentos financeiros			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.559		1.559
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	19.168	-	19.168
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	951.852	-	951.852
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.328.854	-	1.328.854
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados			
ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	54.909	( 944.167 )	( 889.258 )
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados			
ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	58.396	-	58.396
Diferenças de câmbio	( 2.164 )	-	( 2.164 )
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	( 71.970 )	-	( 71.970 )
de outros	( 74.318 )		( 74.318 )
	<b>2.266.286</b>	<b>( 944.167 )</b>	<b>1.322.119</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, os rendimentos e gastos com juros apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.341.737	951.852
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.569.910	1.328.854
	<b>2.911.647</b>	<b>2.280.706</b>

## OUTRAS DIVULGAÇÕES

### Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(valores em euros)

	2022				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	29.969.496	29.969.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	139.662	139.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	6.506.988	3.632.281	11.256.945	-	21.396.214
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	92.223.010	1.181.910	3.704.193	-	97.109.113
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	113.007.803	113.007.803
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	15.903.362	15.903.362
	<b>98.729.998</b>	<b>4.814.191</b>	<b>14.961.138</b>	<b>159.020.323</b>	<b>277.525.650</b>
<b>Passivo</b>					
Outros passivos financeiros	-	-	-	394.965	394.965
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	283.061	283.061
	-	-	-	<b>678.026</b>	<b>678.026</b>
	<b>98.729.998</b>	<b>4.814.191</b>	<b>14.961.138</b>	<b>158.342.298</b>	<b>276.847.625</b>

(valores em euros)

	2021				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	31.867.161	31.867.161
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	89.662	89.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de ganhos e perdas	7.711.270	80.809	3.943.899	-	11.735.978
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de reservas	88.983.601	1.245.555	4.411.279	-	94.640.435
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	96.446.740	96.446.740
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	15.054.559	15.054.559
	<b>96.694.871</b>	<b>1.326.364</b>	<b>8.355.178</b>	<b>143.458.122</b>	<b>249.834.535</b>
<b>Passivo</b>					
Outros passivos financeiros	-	-	-	982.831	982.831
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	999.361	999.361
	-	-	-	<b>1.982.192</b>	<b>1.982.192</b>
	<b>96.694.871</b>	<b>1.326.364</b>	<b>8.355.178</b>	<b>141.429.904</b>	<b>247.806.317</b>

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13, dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2021 e 2022 nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

(valores em euros)

	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.411.279</b>	<b>3.943.898</b>
Aquisições	-	7.149.248
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	-	( 14.805 )
por contrapartida de capitais próprios	( 706.385 )	261.793
Alienações	( 701 )	( 83.189 )
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.704.193</b>	<b>11.256.945</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico é razoavelmente aproximado ao seu valor de balanço.

#### **Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Multicare**

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta Política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento da empresa e / ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como a Companhia avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento da Companhia, que vão da Strategic Asset Allocation (SAA) à Tactical Asset Allocation (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e reporting;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento da Companhia.

A composição de um adequado portfólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pela Companhia e no seu apetite ao risco;
- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;
- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;
- adequados procedimentos de reporting;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos da Companhia é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, benchmarks e limites de acordo com as atuais e futuras condições/ expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento da Companhia são ainda determinantes:

### **1. A definição do objetivo da carteira**

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos da Companhia é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portfólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco da Companhia e as suas necessidades de liquidez.

### **2. As regras para o investimento em ativos**

Por um lado, os ativos da Companhia são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pela Companhia, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um cash return regular, permitindo, assim, à Companhia uma adequada gestão da sua liquidez.

### 3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira da Companhia é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis.

As classes de ativos elegíveis para investimento pela Companhia são:

- Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
- Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
- Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
- Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
- Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com caráter excepcional, e num formato simples (swaps, forwards, futuros, etc.), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

### 4. Os limites de exposição

De forma a permitir à Companhia, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de targets e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

- Classe de ativo;
- Qualidade creditícia e duração;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição;
- Moeda.

### 5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por controlar e monitorizar a alocação de ativos, face aos targets e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos targets e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos mecanismos de controlo de perdas nos ativos, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente, o seu impacto nos requisitos de capital de solvência. Assim, com base na evolução da time weighted return (TWR) e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis da Companhia envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

## Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição ao risco de crédito da Multicare apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022		2021	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	29.969.496	29.969.496	31.867.161	31.867.161
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	113.007.803	113.007.803	96.446.740	96.446.740
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	15.903.362	15.903.362	15.054.559	15.054.559
	<b>158.880.661</b>	<b>158.880.661</b>	<b>143.368.460</b>	<b>143.368.460</b>

## Qualidade de crédito

Nas classificações de risco apresentadas foi considerado o rating correspondente de acordo com a metodologia identificada na Nota 2.4. Os quadros seguintes apresentam a desagregação do valor de balanço a qual é apresentada de acordo com uma escala equivalente às da Standard & Poor's e Fitch.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor de balanço das aplicações financeiras tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

Classe de ativo	2022		
	País de origem		Total
	Portugal	Resto União Europeia	
<b>Depósitos em Instituições de Crédito</b>			
A- até A+	-	260.072	260.072
BBB- até BBB+	28.082.182	1.886.748	29.968.930
BB- até BB+	258	-	258
	<b>28.082.440</b>	<b>2.146.820</b>	<b>30.229.260</b>
<b>Depósitos junto de Empresas Cedentes</b>			
A- até A+	112.747.732	-	112.747.732
	<b>112.747.732</b>	<b>-</b>	<b>112.747.732</b>
	<b>140.830.172</b>	<b>2.146.820</b>	<b>142.976.992</b>



(valores em euros)

Classe de ativo	2021		
	País de origem		
	Portugal	Resto União Europeia	Total
<b>Depósitos em Instituições de Crédito</b>			
BBB- até BBB+	22.034.400	7.099.901	29.134.301
BB- até BB+	2.732.360	-	2.732.360
	<b>24.766.760</b>	<b>7.099.901</b>	<b>31.866.661</b>
<b>Depósitos junto de Empresas Cedentes</b>			
A- até A+	96.446.740	-	96.446.740
	<b>96.446.740</b>	<b>-</b>	<b>96.446.740</b>
	<b>121.213.500</b>	<b>7.099.901</b>	<b>128.313.401</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante de depósitos junto de empresas cedentes corresponde a provisões retidas pelos cedentes ao abrigo dos tratados de resseguro celebrados com a Fidelidade e com a Via Directa, sendo estas entidades detidas integralmente pelo Grupo Longrun.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

Classe de ativo	2021	
	País de origem	
	Outros	Total
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>		
Corporate		
BB- até BB+	687.484	687.484
	<b>687.484</b>	<b>687.484</b>

De notar que, em 2022, a Multicare deixou de ter instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

(valores em euros)

Classe de ativo	2022				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>					
Corporate					
A- até A+	-	647.645	495.353	4.973.020	6.116.018
BBB- até BBB+	597.571	10.639.042	4.245.242	7.486.154	22.968.009
BB- até BB+	-	3.821.243	1.641.643	1.229.531	6.692.417
B- até B+	-	-	543.825	576.116	1.119.941
	<b>597.571</b>	<b>15.107.930</b>	<b>6.926.063</b>	<b>14.264.821</b>	<b>36.896.385</b>
Governos e outras autoridades locais					
AA- até AA+	-	-	-	890.190	890.190
A- até A+	-	2.093.210	-	383.036	2.476.246
BBB- até BBB+	7.317.918	27.323.313	-	967.354	35.608.585
BB- até BB+	1.225.327	-	-	-	1.225.327
	<b>8.543.245</b>	<b>29.416.523</b>	<b>-</b>	<b>2.240.580</b>	<b>40.200.348</b>
Instituições Financeiras					
AA- até AA+	-	471.585	375.512	-	847.097
A- até A+	-	2.177.922	1.692.024	2.159.398	6.029.344
BBB- até BBB+	-	5.478.319	1.310.096	2.863.152	9.651.567
BB- até BB+	860.189	-	-	-	860.189
	<b>860.189</b>	<b>8.127.826</b>	<b>3.377.632</b>	<b>5.022.550</b>	<b>17.388.197</b>
Outros emitentes					
AAA	-	2.624.183	-	-	2.624.183
	<b>-</b>	<b>2.624.183</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.624.183</b>
	<b>10.001.005</b>	<b>55.276.462</b>	<b>10.303.695</b>	<b>21.527.951</b>	<b>97.109.113</b>

(valores em euros)

Classe de ativo	2021				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>					
Corporate					
A- até A+	-	103.852	563.803	3.798.192	4.465.847
BBB- até BBB+	713.055	8.033.408	1.761.490	4.476.077	14.984.030
BB- até BB+	-	4.958.088	1.865.206	510.838	7.334.132
B- até B+	-	-	565.178	601.148	1.166.326
Sem rating	858.092	-	-	-	858.092
	<b>1.571.147</b>	<b>13.095.348</b>	<b>4.755.677</b>	<b>9.386.255</b>	<b>28.808.427</b>
Governos e outras autoridades locais					
A- até A+	-	2.032.025	-	-	2.032.025
BBB- até BBB+	10.924.261	31.251.877	-	-	42.176.138
BB- até BB+	5.009.335	-	-	-	5.009.335
	<b>15.933.596</b>	<b>33.283.902</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49.217.498</b>
Instituições Financeiras					
AA- até AA+	-	51.983	448.440	-	500.423
A- até A+	-	2.434.033	933.706	710.212	4.077.951
BBB- até BBB+	-	6.889.040	667.752	3.590.200	11.146.992
BB- até BB+	889.142	-	-	-	889.142
Sem rating	-	-	-	2	2
	<b>889.142</b>	<b>9.375.056</b>	<b>2.049.898</b>	<b>4.300.414</b>	<b>16.614.510</b>
	<b>18.393.885</b>	<b>55.754.306</b>	<b>6.805.575</b>	<b>13.686.669</b>	<b>94.640.435</b>

## Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022									Total
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	29.969.496	-	-	-	-	-	-	-	-	29.969.496
Investimentos em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	139.662	139.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	50.750	2.692.245	4.859.417	10.260.709	43.914.761	30.813.912	17.030.013	600.000	25.993.149	136.214.955
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	260.072	-	-	-	-	-	260.072
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	15.903.362	-	-	-	-	-	-	-	-	15.903.362
	<b>45.923.608</b>	<b>2.692.245</b>	<b>4.859.417</b>	<b>10.520.780</b>	<b>43.914.761</b>	<b>30.813.912</b>	<b>17.030.013</b>	<b>600.000</b>	<b>26.132.811</b>	<b>182.487.547</b>
<b>Passivo</b>										
Outros passivos financeiros	-	-	-	360.836	29.681	4.448	-	-	-	394.965
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	283.061	-	-	-	-	-	-	-	-	283.061
	<b>283.061</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>360.836</b>	<b>29.681</b>	<b>4.448</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>678.025</b>

(valores em euros)

	2021									Total
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	31.867.161	-	-	-	-	-	-	-	-	31.867.161
Investimentos em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	89.662	89.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	2.188	702.188	-	-	-	-	-	704.375
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	846.281	491.691	5.275.661	1.770.048	37.281.614	18.362.609	31.144.505	2.115.000	20.896.501	118.183.910
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	15.054.559	-	-	-	-	-	-	-	-	15.054.559
	<b>47.768.001</b>	<b>491.691</b>	<b>5.277.848</b>	<b>2.472.235</b>	<b>37.281.614</b>	<b>18.362.609</b>	<b>31.144.505</b>	<b>2.115.000</b>	<b>20.986.163</b>	<b>165.899.667</b>
<b>Passivo</b>										
Outros passivos financeiros	(44.974)	-	-	609.079	416.776	1.950	-	-	-	982.831
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	999.361	-	-	-	-	-	-	-	-	999.361
	<b>954.387</b>	-	-	<b>609.079</b>	<b>416.776</b>	<b>1.950</b>	-	-	-	<b>1.982.193</b>

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos uma vez que dizem respeito a fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

O apuramento dos fluxos de caixa previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Multicare na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgações aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificados como exigíveis à vista, incluídos na maturidade "Até 1 mês";
- Os montantes registados na rubrica "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados na coluna "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

## Risco de mercado

### Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(valores em euros)

	2022			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	29.969.188	308	29.969.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	139.662	139.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	21.396.214	21.396.214
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	92.121.990	4.987.123	-	97.109.113
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	113.007.803	113.007.803
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	15.903.362	15.903.362
	<b>92.121.990</b>	<b>34.956.311</b>	<b>150.447.349</b>	<b>277.525.650</b>
<b>Passivo</b>				
Outros passivos financeiros	-	394.965	-	394.965
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	283.061	283.061
	-	<b>394.965</b>	<b>283.061</b>	<b>678.026</b>

(valores em euros)

	2021			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	31.866.661	500	31.867.161
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	89.662	89.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	687.484	-	11.048.494	11.735.978
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	86.588.440	8.051.995	-	94.640.435
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	96.446.740	96.446.740
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	15.054.559	15.054.559
	<b>87.275.924</b>	<b>39.918.656</b>	<b>122.639.955</b>	<b>249.834.535</b>
<b>Passivo</b>				
Outros passivos financeiros	-	982.831	-	982.831
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	999.361	999.361
	-	<b>982.831</b>	<b>999.361</b>	<b>1.982.192</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(valores em euros)

	2022					
	Varição +200 bp's	Varição +100 bp's	Varição +50 bp's	Varição -50 bp's	Varição -100 bp's	Varição -200bp's
<b>Ativo</b>						
Ativos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	(97.142)	(37.791)	(24.077)	55.977	433.763	(97.072)
Ativos financeiros valorizados						
ao justo valor através de reservas	(511.061)	(260.263)	(131.344)	133.830	270.209	550.875
	<b>(608.202)</b>	<b>(298.054)</b>	<b>(155.421)</b>	<b>189.807</b>	<b>703.972</b>	<b>453.803</b>

(valores em euros)

	2021					
	Varição +200 bp's	Varição +100 bp's	Varição +50 bp's	Varição -50 bp's	Varição -100 bp's	Varição -200bp's
<b>Ativo</b>						
Ativos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	(11.522)	(5.813)	(2.920)	2.947	5.920	11.951
Ativos financeiros valorizados						
ao justo valor através de reservas	(6.866.321)	(3.539.216)	(1.797.201)	1.854.680	3.769.250	7.788.312
	<b>(6.877.844)</b>	<b>(3.545.029)</b>	<b>(1.800.121)</b>	<b>1.857.627</b>	<b>3.775.170</b>	<b>7.800.263</b>

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os cash-flows futuros descontados à curva da taxa da dívida pública portuguesa, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bp's, nas respetivas curvas de taxa de juro.

## Risco de Moeda

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(valores em euros)

	2022			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	29.931.137	3.155	35.205	29.969.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	50.000	-	89.662	139.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	21.396.214	-	-	21.396.214
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	95.991.164	1.117.950	-	97.109.113
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	113.007.803	-	-	113.007.803
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	16.014.421	-	367.255	16.381.676
	<b>276.390.739</b>	<b>1.121.105</b>	<b>492.121</b>	<b>278.003.965</b>
<b>Passivo</b>				
Outros passivos financeiros	394.965	-	-	394.965
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	283.061	478.314	-	761.374
	<b>678.026</b>	<b>478.314</b>	<b>-</b>	<b>1.156.339</b>

(valores em euros)

	2021			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	31.824.739	4.766	37.655	31.867.161
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	89.662	89.662
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	11.735.978	-	-	11.735.978
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	94.117.113	523.322	-	94.640.435
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	96.446.740	-	-	96.446.740
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	14.760.997	-	293.563	15.054.560
	<b>248.885.566</b>	<b>528.088</b>	<b>420.880</b>	<b>249.834.535</b>
<b>Passivo</b>				
Outros passivos financeiros	982.831	-	-	982.831
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	999.361	-	-	999.361
	<b>1.982.192</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.982.192</b>

Conforme descrito na Nota 6, a Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição às flutuações do risco cambial EUR/USD, EUR/GBP, EUR/JPY, EUR/USD. Assim, o impacto da sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros da Companhia com exposição ao risco cambial a variações positivas e negativas é reduzido.

As rubricas "Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro" e "Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.



## 40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A RISCO DE CONTRATOS DE SEGURO

---

É apresentada de seguida uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco do Ramo Doença, efetuada pela Multicare.

### 40.1. Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em três grandes níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No terceiro nível, cometido às redes comerciais da Fidelidade enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, apoiada em normas e procedimentos escritos e confirmada pelo Departamento de Negócio Standard da Multicare, com o seguinte âmbito:

- Produtos estandardizados;
- Riscos com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Produtos com componentes opcionais vendidas de acordo com a tarifa.

Tem como instrumentos ao seu dispor: tarifas, simuladores, normas de subscrição e de delegação de poderes, manuais dos produtos, apólices estandardizadas, propostas de seguro, declarações tipo e normas relativas a circuitos e procedimentos, bem como o apoio especializado da Multicare na análise e determinação das condições de aceitação médica resultante das respostas dos questionários clínicos.

O segundo nível integra as Direções Comerciais de Mediadores e Corretores da Fidelidade com competências delegadas para aceitação condicionada e análise de riscos específicos, e apresenta o seguinte âmbito:

- Subscrição de Produtos estandardizados, com a possibilidade de definição de cláusulas particulares, com o objetivo de ajustar a apólice ao risco específico ou de limitar a exposição ao risco;
- Para além da subscrição dos riscos delegados ao terceiro nível, subscrição dos riscos a seguir caracterizados: i) riscos com elevada sinistralidade geral; ii) riscos que considerados individualmente, apresentem um potencial de perda muito elevado; iii) riscos cuja subscrição deva pressupor uma análise técnica específica;
- Estudo de acumulação de riscos, considerando o Cliente em termos globais;
- Subscrição de riscos que pelas suas características justificam um prémio significativamente diferente do definido na tarifa do produto.

As Direções Comerciais têm ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial, fornecidos pelos Departamentos de Negócio Standard e de Negócio Corporate em conjunto com o Gabinete de Atuariado e Controlo que lhes permite ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do Ramo e do comportamento do risco.

Existe ainda um primeiro nível de subscrição, destinado aos riscos de valor unitário muito elevado, ou envolvendo conjuntos de riscos muito alargados, em que as condições de aceitação são analisadas pelo Departamento de Negócio Corporate da Multicare, que elaborará um mapa de análise de rentabilidade do negócio que será subtida à Comissão Executiva.

Os Departamentos de Negócio são dotados de técnicos especializados, coadjuvados por atuários do Gabinete de Atuariado e Controlo, que farão as necessárias análises técnico-atuariais aos riscos propostos.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado.

Desde o ano de 2017 que a Multicare passou a dispor de um processo de tele-subscrição, suportado por uma equipa médica que, após a análise dos questionários clínicos e contacto com os potenciais clientes irá aferir o perfil de risco das pessoas seguras e propor a fixação das condições de aceitação de risco.

## 40.2. Gestão Técnica

A gestão técnica do Ramo Doença compreende a definição de preços e clausulados das apólices, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da receita processada, do número de contratos seguros, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica, o que permite a monitorização dos riscos em carteira.

Não obstante as epidemias, e conseqüentemente as pandemias, estarem excluídas das coberturas do Seguro de Saúde, a Seguradora continua ao lado dos seus clientes assumindo parte destes custos fora das apólices, para esse efeito manteve-se o Protocolo existente com a APHP para os internamentos resultantes da infeção por Covid19. No que respeita ao financiamento dos equipamentos de proteção individual e os testes Covid, enquanto que a generalidade do setor deixou de pagar estas despesas no final do 3ºT de 2021, a Multicare apenas deixou de as financiar a 1 de Agosto de 2022, mantendo-se, no entanto, o pagamento dos testes em situações de Oncologia e Internamento, bem como EPI's associados a internamento e cirurgias. A Seguradora continua a disponibilizar um check-up específico para os clientes que tenham estado infetados.

## 40.3. Instrumentos de Gestão para Controlo do Risco

### Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

### Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por capitais, coberturas, escalão etário, género e outros parâmetros definidores do risco.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos e coberturas em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

### Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida ao nível dos produtos sob gestão no caso dos produtos estandardizados e, negócio a negócio, nos seguros de grupo não estandardizados.

### **Seleção e atualização de carteira**

Esta função tem como objetivo contribuir para a melhoria da rentabilidade da carteira sob gestão, através da introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios) em função da frequência e/ou elevada sinistralidade.

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão chegar à anulação do contrato ou da carteira do segurado ou, ainda, da alteração de regras e procedimentos futuros.

### **Concentrações de risco de seguro**

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais, coberturas, escalão etário, género e outros parâmetros definidores do risco, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas.

### **Comportamento da carteira**

No caso específico do Ramo Saúde, ramo único na Multicare, a concentração de risco não tem sido, até à data, uma ameaça. Este ano a Multicare continuou a assumir os custos com a deteção e tratamento de Covid19 dos seus clientes: no internamento observaram-se ainda 46 casos, em ambulatório 52.115 testes e 5.732 check-ups pós infeção. O valor global de custos diretos e indiretos desta pandemia, ascenderam, desde o seu início, a trinta e dois milhões de euros, onde se incluem como custos indiretos as teleconsultas, a entrega de medicamentos e os EPI's.

Cerca de 89% dos sinistros geridos na Multicare são em sistema de Rede Convencionada. Este sistema de gestão permite reduzir, de forma significativa, a tempestividade e a incerteza dos futuros fluxos de caixa e nalgumas situações - sempre que temos "preços-pacote" acordados - também em montante.

Nos restantes sinistros (11%) que são suportados pelo sistema de reembolso, existe ainda, numa parte significativa da carteira, um período limite de envio das despesas que mais uma vez concorre para a redução do seu prazo de regularização, pelo que, no conjunto do Ramo Saúde, o período de resolução dos sinistros é relativamente reduzido.

### **Comportamento da rede de prestadores**

A área de monitorização da rede Multicare tem aperfeiçoado modelos de análise de comportamento dos prestadores por cobertura e por tipologia de prestação/valência médica.

Em complementaridade tem-se vindo a desenvolver uma estrutura dedicada à fraude e abuso.

As análises efetuadas por estas áreas, algumas com um período de observação de dez anos, têm conduzido à identificação de comportamentos atípicos e reincidentes, permitindo uma intervenção direta junto dos prestadores, com vista à correção do seu comportamento ou mesmo à rescisão da convenção.

### **Análise de sensibilidade**

As análises de sensibilidade foram efetuadas para variações razoáveis dos pressupostos, com todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no passivo, resultado antes de imposto e capital próprio. O impacto da análise de sensibilidade no resseguro corresponde ao efeito proporcional da atual cobertura de resseguro.

A correlação entre pressupostos terá um efeito significativo na determinação da provisão para sinistros, mas para demonstrar o impacto das alterações nos pressupostos as variáveis foram alteradas numa base individual. De referir que as alterações nos pressupostos não são lineares. A informação de sensibilidade também varia de acordo com a situação económica atual, principalmente devido ao impacto das alterações no custo intrínseco e no valor temporal das opções e garantias. Quando opções e garantias existem, elas são a principal razão para a assimetria de sensibilidades

A análise de sensibilidade foi realizada para o negócio de seguro direto e resseguro aceite:

(valores em euros)

Pressupostos	Variação no pressuposto	2022			2021		
		Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio	Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio
Custo médio por sinistro	+10%	46.002.918	(46.002.918)	(33.352.115)	33.986.869	(33.986.869)	(23.281.006)
Reserva média	+10%	10.132.797	(10.132.797)	(7.346.278)	6.169.931	(6.169.931)	(4.226.403)

### 38.4. Políticas de Resseguro

A Multicare é Resseguradora das Companhias Fidelidade, Via Direta, Fidelidade Angola, Fidelidade Moçambique e Garantia através de tratados de quota-parte para as seguradoras portuguesas e de stop-loss para as seguradoras africanas.

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e os valores dos riscos a segurar. O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa dos diversos tipos de risco.

Os seguros com cobertura de Doenças Graves, riscos que envolvem elevados capitais seguros, estão ressegurados na Munich Re. No caso do produto 60+ Multicare 2 também as coberturas de Internamento e Ambulatório estão garantidas por esse ressegurador assim como as coberturas de Internamento, Ambulatório e Oncologia no produto "Proteção Vital". Este último tratado engloba uma cedência de 10% à Peak Re.

As retenções são as adaptadas à carteira existente e têm em conta a capacidade negociada e o equilíbrio entre cedência de prémios e essa mesma capacidade.

Para além destes tratados de resseguro, existe ainda um tratado de resseguro com a Fidelidade Assistência, para onde se transfere a totalidade dos riscos das seguintes coberturas:

- Assistência Clínica domiciliária;
- Apoio domiciliário;
- Transporte de Urgência;
- Emergência Hospitalar Internacional;
- Emergências Médicas Em Moçambique;
- Envio de Medicamentos ao Domicílio;
- Transporte Não Urgente em Oncologia;
- Enfermagem ao Domicílio;
- Fisioterapia ao Domicílio; e
- Assistência Clínica em Viagem.

Os critérios de seleção e admissibilidade dos Resseguradores são pautados pela sua fiabilidade e solvência financeira, pela sua capacidade de prestação de serviços, pela observação e acompanhamento dos mesmos no seu relacionamento no que se refere a pagamentos / recebimentos, não deixando de ter em apreço, também como fator determinante, o seu Rating pelas diferentes agências internacionais.

## 41. GESTÃO DE CAPITAL

---

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

### **Pilar I - Requisitos quantitativos**

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

### **Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão**

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

### **Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas**

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital na Multicare obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Multicare está obrigada;

- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Multicare está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, a Multicare definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus stakeholders.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do "Relatório sobre a solvência e a situação financeira", que permite dispor de informação detalhada sobre a Companhia, relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no "Relatório sobre a solvência e situação financeira", importa referir que a Companhia cumpre, de forma confortável, os requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, a Companhia implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, diversos órgãos da Fidelidade que desempenham funções chave transversais ao Grupo em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Direção de Compliance, Direção de Auditoria, Gabinete de Capital Planning and Financial Optimization, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos e Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Capital.

## 42. EVENTOS SUBSEQUENTES

---

Após a data da Demonstração da Posição Financeira não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.

# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO



## INTRODUÇÃO

A Multicare – Seguros de Saúde, S.A., (doravante “Sociedade”, “Companhia” ou “Multicare”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade, de forma clara e transparente, à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade, respeitante ao exercício de 2022, foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do nº1 do artigo 32º da Norma Regulamentar n.º 8/2016 – R, de 16 de agosto.

## INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

### A. ESTRUTURA ACIONISTA

---

#### I. Estrutura de capital

##### 1. Estrutura de capital

O capital social da Multicare, no montante de 27.000.000,00 euros, é representado por 5.400.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

De acordo com os seus Estatutos, a Multicare, para além das ações ordinárias, pode emitir ações preferenciais sem voto, nos termos do artigo 341º do Código das Sociedades Comerciais. A Multicare apenas emitiu ações ordinárias.

O capital social da Multicare é integralmente detido pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A..

##### 2. Restrições à transmissibilidade das ações

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

##### 3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

Em 31 de dezembro de 2022, a Multicare não detinha quaisquer ações próprias.

##### 4. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

##### 5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições de ações ou de direitos de voto

Ver ponto n.º 2 supra.

## II. Participações Sociais detidas

### 6. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que são titulares de participações qualificadas, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2022, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	5.400.000	100%	100%	Aquisição

### 7. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Em 31 de dezembro de 2022, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham ações da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2022, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham obrigações da Sociedade.

## B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I. Assembleia Geral

#### a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

#### 8. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato

A Mesa da Assembleia Geral, para o triénio 2020/2022, é constituída por:

Cargo	Nome
<b>Presidente</b>	Maria Isabel Toucedo Lage
<b>Secretário</b>	Carla Cristina Curto Coelho

#### b) Exercício do direito de voto

#### 9. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Nos termos do artigo 7º dos Estatutos da Sociedade, a cada 100 (cem) ações corresponde um voto, não sendo consideradas, para efeitos de participação em Assembleia Geral, as transmissões de ações efetuadas durante os 15 dias que precedam a reunião de cada assembleia.

Os acionistas sem direito de voto que exerçam cargos na Assembleia Geral ou no órgão de administração podem, porém, discutir, fazer propostas e intervir nos trabalhos da assembleia. Os acionistas sem direito de voto e que não exerçam cargos na Assembleia Geral ou no órgão de administração, não podem assistir às Assembleias Gerais, mas podem nelas fazer-se representar, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Não é permitido o voto por correspondência.

#### **10. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários**

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

#### **11. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas majorias**

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes ou representados na Assembleia Geral, sempre que a lei ou os Estatutos não exijam maior número.

As deliberações relativas a quaisquer alterações dos Estatutos da Sociedade, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade, à supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas da Sociedade em aumentos do capital social, à amortização de ações representativas do capital social, à suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social da Sociedade, à autorização de compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata, bem como a nomeação do órgão de fiscalização da Sociedade e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria, só podem ser aprovadas desde que seja obtido o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de voto representativos da totalidade do capital social.

## **II. Administração**

### **Conselho de Administração**

#### **a) Composição**

#### **12. Identificação do modelo de governo adotado**

A Multicare adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração que inclui uma Comissão Executiva e um órgão de fiscalização que integra um Conselho Fiscal e uma SROC.

#### **13. Regras estatutárias sobre nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral. O presidente do Conselho de Administração é escolhido pelo próprio Conselho de Administração, salvo quando seja designado pela Assembleia Geral de acionistas que eleja o Conselho de Administração.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

#### **14. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da designação e duração do mandato de cada membro**

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de dezassete membros, eleitos para mandatos de três anos, renováveis.

O Conselho de Administração, a 31 de dezembro de 2022, é composto por três membros, designados para exercer funções no triénio 2020/2022, dos quais um é membro não executivo e dois são membros executivos, situação que se espelha no Quadro seguinte:

Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	Presidente	31-03-2020	2020/2022	Não executivo
Maria João Carçoço Honório Paulino de Sales Luís	Vogal	31-03-2020	2020/2022	Executivo
Ana Rita Guia Gomes	Vogal	01-12-2021	2020/2022	Executivo

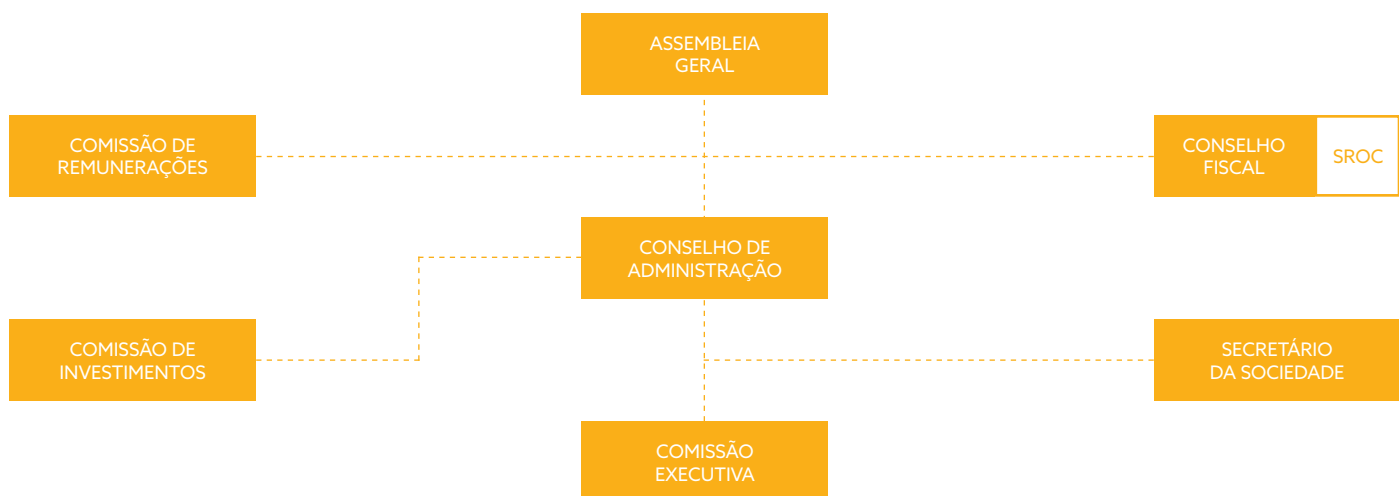
Em 31 de março de 2020, o Conselho de Administração nomeou, de entre os seus membros, uma Comissão Executiva, nos termos previstos no artigo 407º n.ºs 3 e 4 do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, composta por dois membros. A Comissão Executiva desempenha todas as funções de gestão corrente da Companhia que o Conselho de Administração não tenha reservado para si.

A Comissão Executiva tem, em 31 de dezembro de 2022, a seguinte composição:

Comissão Executiva (CE)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Maria João Carçoço Honório Paulino de Sales Luís	Presidente	01-12-2021	2020/2022
Ana Rita Guia Gomes	Vogal	01-12-2021	2020/2022

## 15. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, incluindo informação sobre delegações de competências

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Multicare durante o exercício de 2022:



## Conselho de Administração

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo da Companhia, tem, nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de gestão, de representação da sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, e praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social, competindo-lhe, em especial:

- a) Estabelecer, manter, transferir ou encerrar escritórios, sucursais ou quaisquer outras formas de representação social;
- b) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações, partes sociais, obrigações ou outros títulos de natureza igual ou semelhante, bem como títulos da dívida pública;
- c) Adquirir e alienar quaisquer outros bens móveis, assim como obrigá-los por qualquer forma;
- d) Adquirir imóveis, bem como aliená-los e obrigá-los por quaisquer atos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais;
- e) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações ou pleitos jurisdicionais e, bem assim, estabelecer convenções de arbitragem;
- f) Constituir mandatários nos termos da lei;
- g) Desempenhar as demais funções previstas nos Estatutos ou na lei.

As deliberações do Conselho de Administração que versem sobre as seguintes matérias só podem ser tomadas por uma maioria de 6/7 dos seus membros:

- a) Alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da Sociedade;
- b) Celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a Sociedade e qualquer acionista, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista;
- c) Definição do sentido de voto a ser adotado pelos representantes da Sociedade nas assembleias gerais e no conselho de administração das sociedades comerciais nas quais a Sociedade detenha a maioria dos direitos de voto ou o direito a nomear a maioria dos membros do órgão de administração, quando esteja em causa deliberação sobre as seguintes matérias:
  - i. alterações aos Estatutos, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade;
  - ii. supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas em aumentos de capital;
  - iii. amortização de ações representativas do capital social;
  - iv. suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social;
  - v. autorização para a compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata;
  - vi. nomeação do órgão de fiscalização e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria;
  - vii. alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da Sociedade em causa;
  - viii. celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a Sociedade em causa e qualquer acionista da Sociedade, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista da Sociedade.

### **Comissão Executiva**

Sem prejuízo da possibilidade de avocação de poderes sobre qualquer matéria delegada na Comissão Executiva, o Conselho de Administração, delegou nesta a gestão corrente da Sociedade, compreendendo os seguintes poderes:

- a) Todas as operações de seguro e resseguro e operações conexas ou complementares das de seguro ou resseguro, nomeadamente no que respeita a atos e contratos relativos a salvados, à reedificação e reparação de imóveis, à reparação de veículos, e à aplicação de provisões, reservas e capitais;
- b) Representação da Sociedade perante as entidades supervisoras e associações setoriais;
- c) Aquisição de serviços;
- d) Admissões, definição dos níveis, categorias, condições remuneratórias e outras regalias dos colaboradores, bem como atribuição de cargos diretivos;
- e) Exercício do poder disciplinar e aplicação de quaisquer sanções;
- f) Representação da Sociedade perante as estruturas representativas dos trabalhadores;
- g) Abertura ou encerramento de sucursais ou agências;
- h) Designação de quem deverá representar a Sociedade nas assembleias gerais das sociedades em que detenha participações, fixando o sentido de voto aí expresso;
- i) Designação das pessoas que deverão exercer os cargos sociais para os quais a Sociedade venha a ser eleita, bem como das pessoas que a Sociedade deva indicar para exercerem cargos sociais em sociedades em que detenha uma participação;
- j) Emissão de instruções vinculantes às sociedades que estiverem com a Sociedade em relação de grupo constituído por domínio total;
- k) Representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, compreendendo a instauração e contestação de quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais, bem como a confissão, desistência ou transação em quaisquer ações e a assunção de compromissos arbitrais;
- l) Constituição de mandatários, com ou sem procuração, para a prática de determinados atos, ou categorias de atos, definindo a extensão dos respetivos mandatos.

A delegação de poderes na Comissão Executiva não abrange as matérias mantidas na exclusiva competência do Conselho de Administração.

### **Comissão de Investimento**

Todas as decisões de investimento da Sociedade estão sujeitas à supervisão da Comissão de Investimento, devendo a Comissão Executiva reportar à Comissão de Investimento as operações realizadas.

Compete à Comissão de Investimento definir as diretrizes de investimento e as decisões que carecerem da sua aprovação prévia.

Os membros da Comissão de Investimento são designados pelo Conselho de Administração, coincidindo o respetivo mandato com o mandato deste.

### III. Fiscalização

#### Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

##### a) Composição

##### 16. Identificação do órgão de fiscalização e competências

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do artigo 413º, n.º1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2020/2022.

##### 17. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do cargo de membro, data de nomeação e duração estatutária do mandato

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandato de três anos, renovável, tendo, em 31 de dezembro de 2022, a seguinte composição:

Membros do Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
José António da Costa Figueiredo	Presidente	31-03-2020	2020/2022
António José Pereira Cardoso Mota	Vogal	31-03-2020	2020/2022
Pedro Antunes de Almeida	Vogal	31-03-2020	2020/2022
Anabela de Jesus Nunes Prates	Suplente	31-03-2020	2020/2022

### IV. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

##### 18. Identificação da Sociedade de revisores oficiais de contas e do sócio revisor oficial de contas que a representa

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada por Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC, n.º 1579, registada na CMVM sob o n.º 20161189.

##### 19. Indicação do número de anos em que a sociedade de revisores oficiais de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e ou grupo

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi designada a 15 de maio de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2014/2016, tendo sido reconduzida em 31 de março de 2017, para exercer funções até ao final do triénio 2017/2019 e em 31 de março de 2020, para exercer funções até ao final do triénio 2020/2022.

##### 20. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à sociedade

Para além dos trabalhos de revisão legal de contas e auditoria, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. presta recorrentemente os seguintes serviços exigidos por lei:

- Certificação do Relatório Anual sobre a Solvência e Situação Financeira no âmbito da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março;



- Revisão do Relatório Anual sobre a Estrutura Organizacional e os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno nos termos da Circular n.º 1/2017 da ASF.

Para além dos trabalhos acima referidos, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta, de forma recorrente, outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos, designadamente na Lei 140/2015, de 7 de setembro.

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

---

### I. Estatutos

#### 21. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

Qualquer alteração dos Estatutos da Sociedade carece de deliberação da Assembleia Geral com o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de votos representativos da totalidade do capital social.

### II. Comunicação de irregularidades e mecanismos de prevenção da corrupção

#### 22. Política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade e mecanismos de prevenção da corrupção

A Multicare tem uma cultura de responsabilidade e de compliance, desde cedo reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária. Considerando a entrada em vigor, no exercício de 2022, da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção de denunciadores de infrações e implementação de canais e procedimentos de denúncia internos, o Grupo Fidelidade procedeu a uma revisão dos já instituídos meios de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade, à luz das obrigações legais decorrentes do regime geral de proteção de denunciadores.

Desde logo, foi aprovada a Política de Comunicação de Irregularidades, a qual se encontra devidamente divulgada no site do Grupo Fidelidade, bem como instituído o Canal de Denúncia do Grupo Fidelidade, materializado no estabelecimento de uma plataforma interna, um endereço eletrónico e um endereço postal destinados à receção das irregularidades previstas regime geral de proteção de denunciadores.

Podem comunicar irregularidades todos os colaboradores com vínculo laboral, independentemente da modalidade, formando e estagiários, voluntários, ex-colaboradores, mediadores, prestadores de serviço, fornecedores, consultores, titulares de participações sociais e as pessoas pertencentes a órgãos de administração ou de gestão ou a órgãos de fiscalização ou de supervisão de pessoas coletivas.

A denúncia de irregularidades desencadeia um processo de receção, tratamento e investigação das mesmas, de acordo com os princípios gerais e garantias legais do denunciante (descritas na Política de Comunicação de Irregularidades), o qual culmina na produção de um relatório, recebendo sempre o denunciante resposta à denúncia efetuada, nos termos e prazos estabelecido na Lei e na Política de Comunicação de Irregularidades.

A Sociedade assegura os mecanismos de formação relativamente à Política de Comunicação de Irregularidades, de modo a construir uma cultura de responsabilidade e de ética profissional, pessoal e empresarial.

É ainda de referir que considerando a entrada em vigor, em 7 de junho de 2022, do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção, o Grupo Fidelidade:

- Adotou um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas destinado a identificar as situações potenciadoras de riscos, incluindo os de fraude e de corrupção, bem como elenca as medidas de prevenção que visam minimizar a respetiva probabilidade de ocorrência e impacto, bem como os respetivos responsáveis pela sua aplicação.
- Consolidou o já existente Código de Conduta, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais.

### III. Controlo interno e gestão de riscos

#### 23. Órgãos responsáveis pela auditoria interna e ou pela implementação de sistemas de controlo interno

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Neste contexto, a Companhia implementou um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, onde a Multicare se insere.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, a realização do exercício de autoavaliação do risco e da solvência ("ORSA") permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

Relativamente ao sistema de governação a Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade. Em termos de estrutura organizativa, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., que exercem funções de forma transversal ao Grupo: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Direção de Compliance, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos Vida e Não Vida, e Comité de Gestão de Ativos e Passivos. A Companhia dispõe, ainda, como órgão interno de um Gabinete de Atuariado e Controlo.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, o Grupo Fidelidade tem um Plano de Continuidade de Negócio ("PCN") de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender.

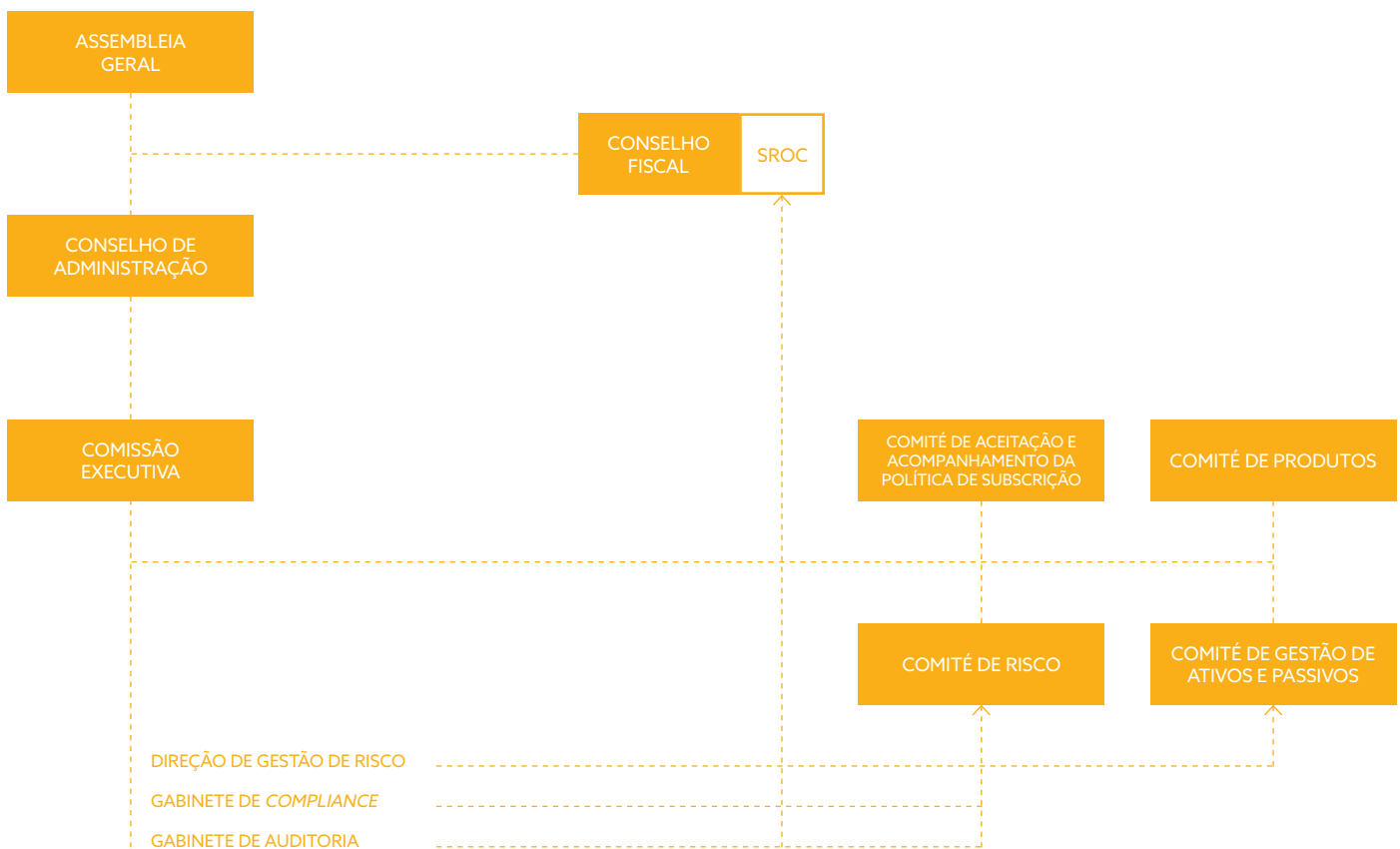
Quanto às obrigações de informação ao público, a Companhia, em 2022, preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o "Relatório sobre a solvência e a situação financeira 2021" contendo informação detalhada relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital do exercício de 2021. Este relatório, juntamente com os mapas anuais de reporte quantitativo submetidos à ASF, foi sujeito a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável.

Também durante o ano de 2022, a Companhia efetuou o exercício anual de autoavaliação do risco e da solvência (“ORSA”), tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão, e prestou a informação quantitativa trimestral para efeitos de supervisão.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, bem como a sua consolidação ao longo dos anos da sua vigência, colocam a Companhia num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

**24. Explicitação das relações de dependência hierárquica e ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade**

A dependência hierárquica e ou funcional da Direção de Gestão de Risco, da Direção de Auditoria, da Direção de Compliance, face a outros órgãos ou comissões da Sociedade, encontra-se espelhada no Quadro seguinte:



**25. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos**

A par das áreas com funções-chave no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, e do controlo do risco legal levado a cabo pela Direção de Assuntos Jurídicos, existe um sistema de informação e comunicação que suporta as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno, como externo, da competência da Direção de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento de Negócio e da Direção de Contabilidade e Informação Financeira que garantem a existência de informação substantiva, atual, coerente, tempestiva e fiável, permitindo uma visão global e abrangente sobre a situação financeira, o desenvolvimento da atividade, o cumprimento da estratégia e dos objetivos definidos, a identificação do perfil de risco da Companhia e o comportamento e perspetivas de evolução do mercado.

O processo de informação financeira e de gestão, é apoiado pelos sistemas contabilísticos e de suporte à gestão que registam, classificam, associam e arquivam de forma, sistematizada, atempada, fiável, completa e consistente, todas as operações realizadas pela instituição e subsidiárias, de acordo com as determinações e políticas emanadas da Comissão Executiva.

Assim, a Direção de Gestão de Risco, a Direção de Compliance, a Direção de Auditoria, a Direção de Contabilidade e Informação Financeira, a Direção de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento de Negócio e o Gabinete de Atuariado e Controlo asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação e de informação ao nível da Sociedade – tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e ao acompanhamento e controlo dos riscos – que devem contemplar, designadamente:

- A definição do conteúdo e formato da informação a reportar pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;
- A identificação e controlo das operações intra Companhia; e
- A garantia de que a informação de gestão é coerente entre as várias entidades, de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade de cada negócio e verificar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos.

## **26. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade**

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada nas Notas às Demonstrações Financeiras (Notas 39, 40 e 41).

## **27. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos**

O sistema de gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

O exercício ORSA tem um papel fundamental na monitorização do perfil de risco da Companhia e da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

## **IV. Sítio de Internet**

### **28. Endereço(s)**

O endereço da Multicare na Internet é o seguinte:

[www.multicare.pt](http://www.multicare.pt)

### **29. Local onde se encontra informação sobre a sociedade, órgãos sociais e documentos de prestação de contas**

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas, encontra-se disponível no sítio da Companhia, no endereço da Internet atrás indicado.

### 30. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e comissões estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretariado da Sociedade.

### 31. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretariado da Sociedade.

### 32. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretariado da Sociedade.

## D. REMUNERAÇÕES

### I. Competência para a determinação

#### 33. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos dirigentes da sociedade

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Comissão de Remunerações.

A fixação da remuneração dos restantes colaboradores cabe ao Conselho de Administração.

### II. Comissão de Remunerações

#### 34. Composição da comissão de remunerações

A Comissão de Remunerações foi nomeada em 31 de março de 2020 para exercer funções no triénio 2020-2022, tendo a seguinte composição a 31 de dezembro de 2022:

Cargo	Nome
Presidente	Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Secretário	Joana Maria Brandão Queiroz Simões Ribeiro

#### 35. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de Política de Remunerações, não tendo havido recurso a serviços prestados por consultores externos neste domínio.

### III. Estrutura das remunerações

#### 36. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

A Comissão de Remunerações submeteu à Assembleia Geral de 31 de março de 2022, uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pelo acionista único.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assentava, então, nos seguintes princípios:

"A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é fixada à luz da Política de Remuneração em vigor, a qual tem como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

Quando o exercício do cargo seja remunerado e com vista a assegurar o alinhamento com os interesses da Sociedade, a remuneração dos membros executivos do órgão de administração é composta por uma componente fixa e uma componente variável;

A componente fixa é definida tendo como referência os valores praticados em empresas de dimensão, natureza e complexidade similares, sendo paga em 14 prestações mensais, nelas se incluindo os correspondentes subsídios de férias e de Natal, nos termos da legislação em vigor;

A componente variável é determinada em função do desempenho aferido com base num conjunto de objetivos definidos, nomeadamente, financeiros, operacionais, de risco e estratégicos, sendo atribuída, individualizada e anualmente, em relação ao exercício findo, não devendo representar mais do que uma percentagem da remuneração fixa mensal bruta em vigor no termo desse exercício, de forma a estarem adequadamente equilibradas;

Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável;

Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem uma remuneração fixa;

Não existem planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações, por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade."

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta neste Relatório do Governo da Sociedade.

A Política de Remuneração dos Órgãos Sociais foi, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 6 do artigo 89.º da Norma Regulamentar N.º 4/2022-R, de 26 de abril, objeto de revisão anual, aprovada por deliberação da Comissão de Remunerações de 8 de dezembro de 2022, e tem os seguintes objetivos e orientações:

- Incentiva uma gestão e controlo eficaz de riscos, com a manutenção de uma base de fundos próprios adequada, evitando uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses e assegurando coerência com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da Sociedade, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários;
- É adequada à dimensão, natureza, âmbito e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela Sociedade e bem assim face aos riscos assumidos ou a assumir;
- É estruturada de forma clara, transparente no que respeita à sua definição, implementação e monitorização;
- Assegura uma remuneração total competitiva e equitativa, alinhada com as tendências verificadas a nível nacional e europeu, em particular com os peers da Sociedade;

- Incorpora, no que respeita aos administradores executivos, uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidade dos mesmos, adequadamente equilibrada com uma componente variável com uma parcela de curto prazo e outra de médio prazo, ambas condicionadas ao desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos concretos e quantificáveis, de caráter financeiro e não financeiro, assentes na sustentabilidade a longo prazo da Sociedade e na gestão e controlo eficaz dos riscos por ela assumidos, e alinhados com os interesses da Sociedade, dos seus acionistas e bem assim dos tomadores de seguro, segurados e beneficiários;
- Integra indicadores relacionados com a sustentabilidade, de acordo com as melhores práticas, atendendo ao objetivo estratégico definido nessa matéria;
- A componente variável tem em consideração os benefícios para a organização, pelo que, em casos excecionais, a saber: i) não existir uma base adequada de fundos próprios; ii) a sua atribuição limitar indevidamente a capacidade da Sociedade de reforçar os seus capitais próprios; iii) quando se verifique que a sua atribuição não é conforme ao estabelecido na legislação, regulamentação ou orientações aplicáveis, pode não ser atribuída.
- Por outro lado, a remuneração variável está sujeita a mecanismos de redução ou reversão sempre que se comprove que um administrador executivo com dolo ou negligência grave participou ou foi responsável por uma atuação de que resultaram perdas significativas para o Grupo. A aplicação do mecanismo de reversão tem caráter supletivo em relação ao mecanismo da redução de tal forma que em caso de verificação de um evento significativo a aplicação do mecanismo da redução será prioritária e apenas quando esta seja esgotada, for insuficiente ou decorrer da verificação de que o administrador executivo contribuiu significativamente para que o desempenho financeiro do Grupo seja negativo, ou para a aplicação de sanções regulatórias ou ainda em caso de fraude, dolo ou negligência grave que tenha provocado perdas significativas, deverá ser considerado o recurso ao mecanismo da reversão.

Com base nestes princípios, a remuneração dos membros dos órgãos sociais foi estruturada da seguinte forma:

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, quando o exercício do cargo seja remunerado, auferirá uma remuneração fixa anual, paga de uma única vez até 30 de junho de cada ano, se assim for deliberado pela Comissão de Remunerações. O Secretário da Mesa da Assembleia Geral não auferirá qualquer remuneração.

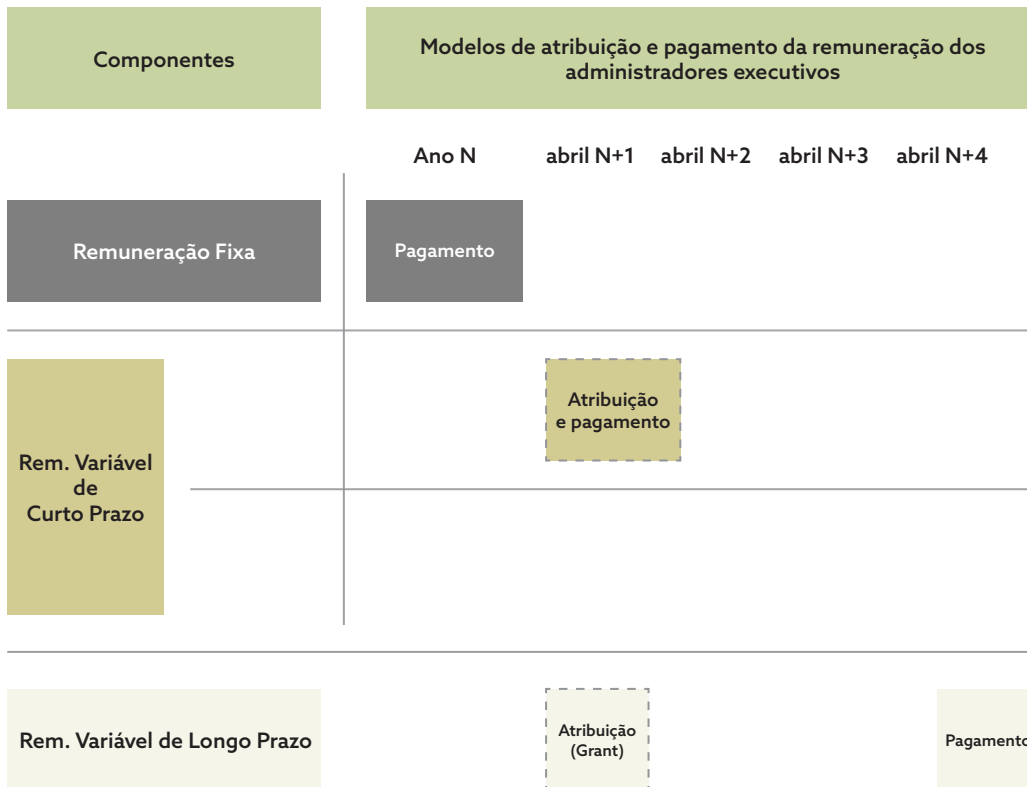
Os membros do Conselho Fiscal auferem uma remuneração mensal fixa, paga catorze vezes por ano.

Os membros não executivos do Conselho de Administração apenas auferirão uma remuneração fixa, quando assim for deliberado pela Comissão de Remunerações, podendo as remunerações, quando existam, ser distintas entre eles e inclusive uns serem remunerados e outros não.

Com vista a permitir o alinhamento dos interesses dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da Sociedade, a remuneração dos administradores executivos, quando o exercício do cargo seja remunerado, incorpora uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidade dos administradores, adequadamente equilibrada com uma componente variável com uma parcela de curto prazo e outra de médio prazo, ambas condicionadas ao desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos concretos e quantificáveis, de caráter financeiro e não financeiro, assentes na sustentabilidade a longo prazo da Sociedade e na gestão e controlo eficaz dos riscos por ela assumidos, e alinhados com os interesses da Sociedade, dos seus acionistas e bem assim dos tomadores de seguro, segurados e beneficiários.

O Quadro abaixo apresenta o modelo de atribuição e pagamento das componentes fixa e variável da remuneração dos administradores executivos, quando o exercício do cargo seja remunerado.

O somatório da remuneração variável de curto prazo ("RVCP") com a remuneração variável de longo prazo ("RVLP"), atribuíveis quando se verificarem os pressupostos da sua atribuição, poderá representar entre 23% e 43% da remuneração total anual, sendo que a RVLP poderá representar entre 33% e 60% da remuneração variável total.



A componente fixa da remuneração é paga em numerário, em 14 prestações mensais, nelas se incluindo as correspondentes aos subsídios de férias e de Natal nos termos da legislação em vigor.

A componente variável é dividida em duas parcelas, denominadas Remuneração Variável de Curto Prazo ("RVCP") e Remuneração Variável de Longo Prazo ("RVLP"), ocorrendo a sua atribuição posteriormente à aprovação das contas de cada exercício e uma vez verificado o cumprimento de objetivos predefinidos, ambas condicionadas ao desempenho individual de cada administrador executivo e organizacional.

Para efeitos de atribuição da RVCP, o orçamento anual do grupo segurador, elaborado em base consolidada, define anualmente um conjunto de indicadores financeiros, bem como as respetivas metas a atingir, assentes na sustentabilidade a longo prazo da Companhia e na gestão e controlo eficazes dos riscos por ela assumidos.

Aos indicadores financeiros contemplados no orçamento acrescem os não financeiros, incluindo indicadores de Environmental, Social and Governance ("ESG"), bem como operacionais e estratégicos, fixados anualmente.

A RVCP é calculada no início de cada ano, pela Comissão de Remunerações, em função do atingimento das metas definidas para este conjunto de indicadores, por referência a 31 de dezembro do ano anterior.

A RVCP, quando devida, é de pagamento imediato, em numerário, em abril do ano seguinte ao ano de referência.

O sistema de RVLP tem por objetivo reforçar o alinhamento dos interesses dos administradores executivos com os interesses da Sociedade e dos acionistas, bem como reter e incentivar os administradores a contribuírem para o crescimento a longo-prazo e resultados da Sociedade.



A atribuição da RVLP é realizada através de unidades remuneratórias ("Performance Stock Units" ou "PSU's"). O número inicial de unidades remuneratórias a atribuir corresponde ao valor monetário associado a esta componente, que poderá representar entre 33% e 60% do total da remuneração variável, dividido pelo valor da unidade remuneratória à data de atribuição ("Granting Date"), o qual é calculado em conformidade com a fórmula definida para o efeito, tomando por base os indicadores e respetiva metodologia de cálculo, tendo como data de referência o final do exercício do ano anterior.

O número de unidades remuneratórias, à data da atribuição, tem por base targets definidos.

A atribuição da RVLP será comunicada a cada colaborador elegível, através de um Certificado emitido pela Sociedade, descrevendo o seguinte:

- A data de atribuição;
- O número total de PSU's atribuídas;
- A data da atribuição ("Granting Date")
- A data de aquisição ("Vesting Date");
- As condições de performance que condicionam a aquisição das PSU's na Vesting Date;
- Quaisquer outros termos e condições que sejam pertinentes.

O número definitivo de PSU's a atribuir no final do Vesting Period (3 anos) será calculado em função do Return on Equity ("ROE") médio ao longo deste período de três anos. O número inicial de PSU's será ponderado por um multiplicador de desempenho, que é definido tendo por base o ROE do Grupo Fidelidade comparativamente com outras empresas de seguros de referência (peers), Não Vida e Vida, com presença global no mercado, maioritariamente europeu (excluindo resseguradoras), nos termos definidos na Política de Remuneração dos Órgãos Sociais.

As PSU's serão automaticamente convertidas e pagas em numerário decorridos 3 anos ("Vesting Period") sobre a data de atribuição, sendo, por isso, o seu valor concreto apurado no ano N+4, em que N é o ano a que se reporta a RVLP em causa.

Se algum administrador executivo, durante o período de diferimento da RVLP, cessar funções como administrador por motivos que lhe não sejam imputáveis, designadamente, doença, morte, incapacidade, ou por não renovação do mandato, antecipar-se-á o momento do vencimento dos montantes atribuídos para a data em que ocorrer a cessação de funções, sendo as PSU's, anteriormente atribuídas, convertidas e pagas em numerário nessa data.

Se durante o período de diferimento da RVLP algum administrador executivo renunciar ao cargo de administrador por sua iniciativa, salvo quando tal ocorra no quadro da normal rotatividade entre as empresas do Grupo, ou se cessar o mandato por falta que lhe seja imputável, a componente da RVLP ainda não adquirida é cancelada.

Em caso de alteração de controlo acionista que determine uma alteração do Grupo em que a Sociedade se integra, os administradores beneficiários de PSU's poderão optar por antecipar para a data em que ocorrer tal alteração o momento de vencimento dos montantes acumulados, sendo as PSU's, anteriormente atribuídas, convertidas e pagas em numerário nessa data.

Tendo em conta os objetivos considerados no modelo de remuneração, os administradores executivos, quando exerçam o cargo de forma remunerada, não devem celebrar contratos destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da sua remuneração. Adicionalmente, as unidades remuneratórias da remuneração variável ou quaisquer direitos a elas relativos não podem ser vendidos, cedidos, transferidos, dados em penhor ou onerados por qualquer forma.

Não existem outras formas de remuneração, relativamente aos administradores executivos, para além da remuneração fixa e variável supra-descritas.

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de administradores e qualquer cessação de funções, por acordo, carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de aprovação pela Comissão de Remunerações.

As verbas atribuídas pela Sociedade, quando seja o caso, a título de participação nos lucros, são consideradas, para efeitos da Política de Remuneração, para o cômputo da remuneração variável de curto prazo, pese embora não revistam tal natureza.

Aos administradores executivos são atribuídos, ainda, um conjunto de benefícios de natureza não remuneratória, nos seguintes termos:

- Utilização de telemóvel e equipamento informático, nas condições em cada momento em vigor;
- Utilização de viatura: integrando, para além da utilização de viatura, ao abrigo de um contrato de renting nas condições vigentes em cada momento, custos associados e seguros;
- Seguro de Saúde: nas mesmas condições que as aplicáveis aos restantes colaboradores da Sociedade;
- Seguro de Vida: nas mesmas condições que as aplicáveis aos restantes colaboradores da Sociedade;
- Outras condições e benefícios contratuais e extra-contratuais nos exatos termos que, em cada momento, sejam aplicáveis aos restantes colaboradores da Sociedade.

Os aspetos acima divulgados, no âmbito da Política de Remuneração dos Órgãos Sociais, em cumprimento do estabelecido no artigo 91º da Norma Regulamentar N.º 4/2022-R, de 26 de abril, devem ser complementados, no que respeita aos colaboradores, com a informação constante da Política de Remuneração dos Colaboradores do Grupo Fidelidade, cujo teor aqui se dá por reproduzido, cuja revisão foi aprovada por deliberação da Comissão Executiva da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., de 20 de dezembro de 2022, e que está disponível em [www.fidelidade.pt](http://www.fidelidade.pt)

## IV. Divulgação das remunerações

### 37. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

O montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

Membros do Conselho de Administração	Remuneração Fixa (EUR)	Remuneração Variável (EUR)*
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	0	0
Maria João Carçoço Honório Paulino Sales Luís	173.532	50.000
Ana Rita Guia Gomes	102.658	22.000
<b>TOTAL</b>	<b>276.190</b>	<b>72.000</b>

\* Paga em 2022 e relativa ao exercício de 2021

**38. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício**

Nenhum administrador executivo cessou funções durante o exercício de 2022.

**39. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade**

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

Membros do Conselho Fiscal	(EUR)	Observações
José António da Costa Figueiredo	16.800	
António José Pereira Cardoso Mota	14.000	
Pedro Antunes de Almeida	14.000	
Anabela de Jesus Nunes Prates	0	Suplente
<b>TOTAL</b>	<b>44.800</b>	

**40. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral**

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferiu qualquer remuneração.

**V. Acordos com implicações remuneratórias**

**41. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade**

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

**VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')**

**42. Identificação do plano e dos respetivos destinatários**

Não existem planos com estas características.

**43. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa**

Não existem direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores ou os membros dos órgãos sociais.

## E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

---

### I. Mecanismos e procedimentos de controlo

#### 44. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

A Multicare adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

#### 45. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

#### 46. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em relação de domínio ou de grupo, são objeto de apreciação e de deliberação por maioria qualificada do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Companhia, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

### II. Elementos relativos às transações

#### 47. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se divulgada na Nota 38 às Demonstrações Financeiras.

**CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS  
E RELATÓRIO  
E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL**

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (a Companhia), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 284.383.455 euros e um total de capital próprio de 154.885.248 euros, incluindo um resultado líquido de 23.419.493 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

##### 1. Mensuração das Provisões para Sinistros

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado na Nota 17 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, as Provisões para Sinistros decorrentes de contratos de seguros ascendem a 88.786.193 euros (69% do total do Passivo). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Companhia para	A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das Provisões para Sinistros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: <ul style="list-style-type: none"><li>▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos</li></ul>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>o ramo de saúde e representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a sua regularização futura.</p> <p>Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras e uma vez que se trata de uma estimativa significativa determinada com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros como matéria relevante de auditoria.</p>	<p>identificados como relevantes na mensuração das provisões para sinistros;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a provisões para sinistros para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;</li> <li>▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades com sinistros, incluindo a análise da consistência com os utilizados nos anos anteriores e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, tendo por referência as especificidades dos produtos da Companhia, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador; e</li> <li>▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre Provisões para Sinistros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.</li> </ul>

## 2. Valorização dos Instrumentos Financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme detalhado na Nota 39, o ativo inclui Instrumentos Financeiros valorizados ao justo valor no montante de 118.505.327 euros, os quais representam cerca de 42% do total do ativo.</p> <p>A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas.</p> <p>Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo da Companhia, ascendem a cerca de 14.961.138 euros (5% do ativo), os quais foram classificados na hierarquia de justo valor</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos Instrumentos Financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor;</li> <li>▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Companhia (quando aplicável) com as observadas em fontes de informação externas;</li> <li>▶ Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de</li> </ul>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>prevista no referencial contabilístico como nível 3 (Nota 39).</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado às metodologias e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.</p>	<p>investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor; e</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.</li> </ul>

3. Aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, com a abordagem de sobreposição prevista na IFRS 4 – Contratos de Seguros

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A Companhia aplica a IFRS 9 com abordagem de sobreposição, conforme prevista na IFRS 4, reclassificando entre os ganhos e perdas e outro rendimento integral uma quantia que tenha como resultado que os ganhos e perdas no final do período de relato para os ativos financeiros designados sejam os mesmos que se verificariam se a Companhia tivesse aplicado a IAS 39 aos ativos financeiros designados. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de ativos financeiros elegíveis para a aplicação da abordagem de sobreposição ascende a 21.258.901 euros (Nota 5) e, para estes, a Companhia efetuou testes de imparidade como se a IAS 39 fosse aplicável e as perdas de imparidade são reconhecidas tendo por base indícios tais como, evidências de dificuldades financeiras dos emitentes ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado dos ativos financeiros abaixo do preço de custo. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na classificação e imparidade dos Ativos Financeiros, incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na imparidade dos ativos financeiros;</li> <li>▶ Testes à elegibilidade dos ativos financeiros para aplicação da abordagem de sobreposição e testes à valorização e imparidade para uma amostra de instrumentos de capital, para assegurar a correta reclassificação das quantias entre ganhos e perdas e outro rendimento integral;</li> <li>▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade; e</li> <li>▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre estas matérias nas demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.</li> </ul>



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.</p> <p>O detalhe das políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados na Nota 2.4 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;

- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de maio de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2020 para um terceiro mandato compreendido entre 2020 e 2022;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a

fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 13 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579  
Registado na CMVM com o n.º 20161189

**MULTICARE – SEGUROS DE SAÚDE, S.A.**  
**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**EXERCÍCIO DE 2022**

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

**PARECER**

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 14 de março de 2023.

O CONSELHO FISCAL,

  
José António da Costa Figueiredo – Presidente

  
António José Pereira Cardoso Mota – Vogal

  
Pedro Antunes de Almeida - Vogal

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO  
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA  
MULTICARE – SEGUROS DE SAÚDE, S.A.  
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2022**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, ~~14~~ de março de 2023.

O CONSELHO FISCAL

  
José António da Costa Figueiredo – Presidente

  
António José Pereira Cardoso Mota – Vogal

  
Pedro Antunes de Almeida - Vogal

